



RESOLUÇÃO Nº 035/2018 – CONEPE

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Turma Fora de Sede de Bacharelado em Direito a ser executado no Núcleo Pedagógico de Brasnorte.

A Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPE, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, no uso de suas atribuições legais, considerando Processo nº 266625/2017; Parecer nº 030/2017-Colegiado de Curso; Parecer nº 043/18-Colegiado de Faculdade; Parecer nº 012/2018 - *Ad Referendum* do Colegiado Regional; Parecer nº 082/2018-PROEG/DGFD; Parecer nº 008/2018-CONEPE/CSE e a decisão do Conselho tomada na 2ª Sessão Ordinária realizada no dia 30 de outubro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso Turma Fora de Sede de Bacharelado em Direito a ser executado no Núcleo Pedagógico de Brasnorte.

Art. 2º O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito visa atender a legislação nacional vigente, as Diretrizes Curriculares Nacionais e normativas internas da UNEMAT e tem as seguintes características:

I. Carga horária total do Curso: 3.730 (três mil setecentos e trinta) horas;

II. Integralização em, no mínimo, 10 (dez) semestres e, no máximo, 15 (quinze) semestres;

III. Período de realização do curso: noturno de segunda a sexta e no período diurno aos sábados;

IV. Forma de ingresso: turma única por meio de vestibular específico, com oferta de 50 (cinquenta) vagas.

Art. 3º O Projeto Pedagógico do Curso consta no Anexo Único desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em Cáceres/MT, 30 de outubro de 2018.


Profa Dra Ana Maria Di Renzo
Presidente do CONEPE



ANEXO ÚNICO

PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO – BRASNORTE

RESOLUÇÃO Nº 035/2018 – CONEPE

1 - INFORMAÇÕES

Tipo: Bacharelado

Modalidade: Presencial

Regime de matrícula: Semestral

Denominação do Curso: Direito

Habilitação: Bacharel em Direito

Câmpus responsável: Universidade do Estado de Mato Grosso
Câmpus Universitário Renê Barbours - Barra do Bugres MT
Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas.

Local da Oferta: Brasnorte/MT

Forma de ingresso: vestibular, regulamentado por edital próprio, organizado e realizado pela UNEMAT.

Turno de Funcionamento: Período integral (noturno de segunda a sextas-feiras e no período diurno aos sábados)

Número de vagas: 50 (quarenta) vagas

Carga horária total do curso: 3.730 horas

Carga horária do Estágio: 300 (trezentas) horas

Carga horária de Atividades Complementares: 250 (duzentos e cinquenta) horas;

Tempo de Integralização:

- Prazo mínimo para integralização: 10 semestres e,

- Prazo máximo para integralização: 15 semestres.

2 - COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO POLÍTICO E PEDAGÓGICO ADAPTAÇÃO EM BRASNORTE:

Prof. Dr. Carlos Edinei de Oliveira

Profa. Dra. Vivian Lara Cáceres Dan

Prof. Me. Waleska Malvina Piovan Martinazzo

Prof. Me. Alan Kardec Messias da Silva

3 – INTRODUÇÃO

A Universidade Estadual de Mato Grosso possuía como lema na sua fundação "do interior para o interior", uma reafirmação dos motivos que levaram à sua criação: a ausência de uma instituição pública de nível superior no interior de Mato Grosso, garantindo, dessa forma, que as pessoas que morassem longe dos grandes centros pudessem fazer um curso superior na sua própria cidade ou em polos próximos.



Atualmente a UNEMAT está presente e consolidada no interior do Estado, atuando no ensino, pesquisa e extensão tanto em seus *campi* como em turmas especiais. Assim, o curso de Direito que se instala na modalidade “fora de sede” no Município de Brasnorte vai ao encontro deste objetivo, que é propagar o ensino superior pelo Estado de Mato Grosso, através de Instituição Pública e gratuita, com compromisso real pela qualidade, baseando-se no tripé: ensino, pesquisa e extensão.

O Plano Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso a ser oferecido no Município de Brasnorte nasceu da necessidade de ofertar este curso em região que anseia por conhecimentos jurídicos, que é Comarca no Estado, que possui a presença do Ministério Público Estadual, mas não possui curso de Direito regular.

Este foi elaborado com base na reestruturação do Projeto Político Pedagógico do curso existente em Barra do Bugres conforme Resolução 037/2017 (CONEPE) e está adequado à Resolução de nº 054/2011 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNEMAT, bem como normas pertinentes do Ministério da Educação como a DCN n. 09/2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito.

Com este curso intenta-se reforçar ainda mais a interconexão do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, promovendo a interdisciplinariedade e preparar os acadêmicos para as novas complexidades jurídicas, levando o bacharelado em Direito para cidade que anseia e espera por ele.

A definição de linhas de pesquisa contemplou três grandes áreas do pensamento jurídico: (i) Teoria do Direito e Direitos Humanos; (ii) Direito das Relações Sociais; (iii) Direito do Estado.

Com base no Projeto de Curso de Barra do Bugres, este documento contém a revisão e a reestruturação dos semestres e das ementas das disciplinas, em similitude com o curso apresentado na sede. Intentou-se buscar novas tendências jurídicas e conjuga-las com o contexto local, não desconsiderando as demais realidades, mas se atentando às problemáticas da fronteira oeste brasileira, que em si provoca alguns conflitos sócio-ambientais, bem como quilombolas e indígenas. Assim, o presente documento traz o direito em sua forma geral, mas não despreza a estratégica e privilegiada posição territorial na qual o Núcleo Pedagógico de Brasnorte está inserido e por isso incluiu as 54 disciplinas obrigatórias (incluindo as Monografias e estágios) bem como deixa descrita as 4 disciplinas eletivas obrigatórias que deverão ser ofertadas em Brasnorte.

O Curso de Bacharelado em Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso do *Campus* de Barra do Bugres completa cinco anos neste ano de 2018, e, ante ao anseio da população em adquirir cada vez mais o saber em relação às situações jurídicas que ocorrem por todo o país, é momento de firmarmos nossos compromissos político-pedagógicos e seguirmos na construção de uma Faculdade plural, aberta, que tem como escopo a concretização das possibilidades emancipatórias do Direito na sociedade, dirigindo-se aos locais em que a população careça de informação. É este o pensamento a ser propagado para o Município de Brasnorte/MT. Tal curso está atrelado diretamente ao PPC já existente e em vigência em Barra do Bugres, mas adaptado a um conteúdo mais enxuto, atendendo, evidentemente, às horas mínimas que o curso de Direito exige.



4 - CONCEPÇÃO, OBJETIVOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

4.1 – Contextualização e Integração

O Curso de Direito da UNEMAT, como mencionado no PPC adaptado para Barra do Bugres/MT:

(...) procura situar-se num contexto que envolve tanto as características e perspectivas do estágio atual da vida da humanidade, quanto as suas repercussões no plano da vida nacional, regional e local.

Assim, busca compreender um contexto maior de mudanças no modo de vida atual da humanidade, permeado cada vez mais pelas marcas da ciência e tecnologia e pelos desafios de conduzi-las e não ser conduzida por elas. A educação, por consequência, em todos os seus níveis, passa a ser depositária da esperança de forjar os sujeitos da mudança. Enfim, formar cidadãos/profissionais capazes de enfrentar os novos desafios e produzir soluções confluentes com os ideais democráticos de organização da sociedade e do Estado; os de construção da paz e harmonia entre os povos, do equilíbrio ambiental e do desenvolvimento, sob uma ética humanística, na criação de condições de vida com as marcas da dignidade, da liberdade, da igualdade e da solidariedade.

As novas realidades mundiais, sobretudo às referentes à globalização e suas consequências, trazem para o país uma complexidade de problemas cujo enfrentamento depende de elevados graus de comprometimento de seus membros, sobretudo daqueles que têm a oportunidade de trilharem uma formação de nível superior. As funções do ensino superior não podem seguir alienadas em relação às questões nacionais. Dos integrantes do ensino superior se espera a canalização da inteligência, do conhecimento e do pensamento superiores para reflexão e ações em direção aos problemas da sociedade brasileira, quer em seu âmbito geral, quanto regional e local, buscando soluções compatíveis com nossa cultura e civilização (PPC DIREITO DE BARRA DO BUGRES, 2017, p. 7-8).

Deste modo, deve-se compreender que os cursos superiores, em especial do Curso de Bacharelado em Direito, não podem pretender ter características uniformes em todo o país, que possui muitas diversidades regionais. Com isso, a relação universidade/sociedade deve exercer-se ainda com foco local e regional, de tal forma que se facilite o encontro dos saberes produzidos pela comunidade e pela instituição de ensino superior.

Neste sentido, ressalte-se a relevância da existência de projetos de extensão e pesquisa e de sua relevância para este curso, posto que aqueles são instrumentos de conexão direta com a comunidade, possibilitando que tal bacharelado conheça as reais demandas das comunidades locais, pois através deles discutimos efetivamente as necessidades e carências da região.

Nesta seara encontra-se o artigo 3.º de seu estatuto (Resolução 002/2012 – CONCUR – alterada recentemente pela Resolução 037/2015), que traz como fins da UNEMAT promover através de suas atividades a igualdade social e a solidariedade, fortalecer a democracia em todos os níveis, principalmente no que se refere à participação da comunidade acadêmica na tomada de decisões e nos resultados alcançados, trabalhar em regime de cooperação com organismos e instituições que promovam a equidade social e a qualidade de vida; IX. Valorizar através do ensino, da pesquisa e da extensão a integração entre o saber e o mundo do trabalho e, especialmente:



XIII. Contribuir para o processo de desenvolvimento regional e nacional, realizando estudos sistêmicos de seus problemas e de suas potencialidades, orientando a formação de profissionais de acordo com as especificidades;

XIV. Promover, nos termos da lei, o ensino superior público em todos os seus preceitos e prerrogativas;

O Curso de Direito da UNEMAT, portanto, deverá estar intensamente comprometido com tais perspectivas de seu contexto, com ele alinhado e envolvido, tanto na produção e transmissão do conhecimento, quanto em atuações acadêmicas, comunitárias e de responsabilidade social.

Trabalha-se buscando uma formação sob a égide humanística que preencha os requisitos comuns aos profissionais da área jurídica em termos nacionais, mas em sintonia com a realidade regional.

Para tanto, há que se considerar que as regiões de atuação da UNEMAT caracterizam condições muito especiais em vários aspectos. No caso da economia, destaca-se que o Estado é chamado de “celeiro do país”, liderando a produção de soja, com estimativa de 28,14 milhões de toneladas para a safra 2014/2015. Também está à frente na produção de algodão em pluma – 856.184 toneladas para 2014/2015 – e rebanho bovino, com 28,41 milhões de cabeças. De acordo com o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), o agronegócio representa 50,5% do PIB do estado. Com o agronegócio consolidado, Mato Grosso é terreno fértil para as indústrias, piscicultura, turismo e outras atividades.

Ainda em se tratando de economia, a mão-de-obra no Estado, embora crescente, clama por maior qualificação. Como é um Estado em franco desenvolvimento, tende a continuar em crescimento econômico e demográfico, o que culmina no aumento de comarcas, órgãos públicos e privados que busquem resolver conflitos, o que é campo fértil para a propagação dos cursos de graduação em Direito, especialmente no interior do Estado.

No aspecto ecológico, reforça-se que a região é detentora dos três biomas: o cerrado, o pantanal e a floresta amazônica. Estas demandam um estudo interdisciplinar e ações integradas em termos das culturas locais e da biodiversidade, o que se pretende com o presente.

Do mesmo modo, as regiões de atuação da UNEMAT se caracterizam, no tocante à formação de Comunidades Internacionais, como importante ponto de interligação entre os projetos de integração, como o Mercosul e o Pacto Andino.

Quanto aos aspectos demográficos de Brasnorte, cabe dizer que o Município foi criado com a Lei nº 5.047, de 05 de setembro de 1986, localizado na região noroeste do estado do Mato Grosso. Possui uma área de 16020,9 km².

Conforme informações colhidas em site oficial do Município, Brasnorte é rota da instalação da Ferrovia Trans Continental ligando o Oceano Atlântico ao Pacífico, rota de futuras exportações.

Possui dos tipos de clima Equatorial: quente úmido ao norte, e tropical com estação seca ao sul. A precipitação anual é de 2250mm, com intensidade máxima em janeiro, fevereiro e março. Encontra-se na Grande Bacia do Rio Amazonas e contribui com a Bacia do Rio Juruena, que recebe pela direita os rios Sangue e Papagaio.

Já economia municipal tem sua base no agronegócio, destacando-se na cultura de soja, milho e pecuária.

Ante a vocação do Estado, a região alimenta também a preocupação consubstanciada em ênfase num novo entendimento da relação público-privado e das relações Estado/Sociedade Civil, tendo então, como principais reflexos, questões-objeto do Direito Ambiental, do Direito Agrário e do Direito do Trabalho, às quais agora se acrescentam as de Responsabilidade Civil, Proteção Internacional dos Direitos Humanos e a eletiva obrigatória dos Direitos dos Idosos, crianças e adolescentes, além de outras inerentes ao plano curricular apresentado no presente documento.



Este curso fora de sede em Brasnorte já foi antecedido, pela graduação em Matemática. O Curso de Licenciatura em Matemática se iniciou no ano de 2012 com a aproximação da prefeitura municipal de Brasnorte e o Campus Universitário de Barra do Bugres, por meio de uma solicitação realizada pela prefeitura com o interesse em pleitear uma turma fora de sede, sabendo a mesma da qualidade, interesse e missão da UNEMAT em atingir o interior do estado com seus cursos de graduação. Por meio de e-mail e telefones firmou a parceria em ofertar uma Turma Especial Fora de Sede de Licenciatura em Matemática em Brasnorte, com 50 vagas disponíveis aos moradores de Brasnorte e região, atingindo principalmente as dezenas de alunos concluintes do ensino médio dessa região.

Os patronos da turma foram os professores Marcio Urel Rodrigues e Acelmo de Jesus Brito que com muito esforço e dedicação elaboraram o Projeto Pedagógico do Curso e encaminharam no ano de 2012 para sua aprovação no CONEPE pela Resolução 020/2012 – CONEPE e enfim no mês de 06/2012 criado o curso institucionalmente pela Resolução 010/2012 – CONSUNI e oficializa o convênio 011/2012 – UNEMAT pelo decreto 077/2012, de 22 de Junho de 2012 – Prefeitura de Brasnorte. O vestibular 02/2012 – COVEST abriu 50 vagas para o início do semestre letivo para 2012/02, no entanto, por motivos organizacionais a turma só teve início 2013/01, sendo também necessário a abertura de um edital completar 02/2013 - COVEST com 13 vagas. Na ocasião da aula inaugural autoridades políticas, professores e toda comunidade local pode testemunhar o início de mais um novo curso da UNEMAT. A Turma se iniciou com 50 alunos e o professor Acelmo de Jesus Brito como o Coordenador Pedagógico e Financeiro responsável pelas ações a serem desenvolvidas durante os anos de 2013 e 2014, passando a coordenação para o professor Alan Kardec Messias da Silva no triênio 2015-2016-2017.

As atividades pedagógicas e complementares a formação foram realizadas durante os semestres letivos de 2013/01 a 2016/02, sendo finalizado em Março de 2017 com a Colação de Grau de 17 novos professores de Matemática.

A Prefeitura de Brasnorte solicitou pelo ofício n.85/2017 (documento em anexo), do Prefeito Mauro Rui Heisler, uma turma fora de sede de Curso de Direito, justificando que esse curso vai ao encontro das solicitações da população, sendo assim, trata-se uma graduação muito procurada, de forma gratuita e através de instituição respeitada, a fim de formar uma comunidade jurídica sólida e participante. Sendo assim, o agente pagador será a Prefeitura de Brasnorte, o gerenciador será a FAESP e o executor será a UNEMAT (a partir do curso de Direito de Barra do Bugres).

Portanto, baseando-se no que já propõe os cursos de Direitos oferecidos pela UNEMAT, tal bacharelado ofertado em Brasnorte enfrentará a preocupação com as relações Estado/Sociedade Civil (de onde decorre também a questão das relações público-privado), tendo como pano de fundo, e principal laboratório, as dimensões histórico-culturais de seu contexto regional, consolidando o entendimento do Direito como instrumento de transformação social.

4.2 – Objetivos do Curso e perfil pretendido do formando

Desde a segunda metade do século passado até o presente momento, a sociedade e o Estado contemporâneos vêm passando por profundas transformações. E o Direito, como objeto histórico que é, como técnica de solução de conflitos e regulação social, tem sofrido, sempre, os efeitos dessas mudanças. A Globalização, o neoliberalismo, a relativização da soberania, crise do papel do Estado tem tornado nosso mundo cada vez mais complexo.

Muitas são as consequências das mudanças: a superação do modelo liberal-individualista de Direito, a internacionalização da economia, o surgimento de novos atores sociais, o aparecimento de novas demandas (e de novos direitos), a crise de institutos jurídicos tradicionalmente já consolidados (como por exemplo, a propriedade, a soberania, a família,



mecanismos tradicionais de controle do poder), a revisão dos métodos de resolver os conflitos, entre outros.

Do mesmo modo em que o Direito, a economia e as sociedades se internacionalizaram. Surge, de forma cada vez mais nítida, a necessidade de afirmação de questões e demandas locais, de especificidades regionais, visando preservar alguma alteridade diante do processo de homogeneização que certo modelo de globalização representa.

Logo, a necessidade de melhor relacionar o sistema social e o sistema jurídico torna-se notável, tendo como intuito adaptar o Direito para os desafios deste novo século. É indispensável compreender o Direito inserido neste processo de divergência entre o atendimento de demandas regionais e locais e a globalização (econômica dentre outras). Compreender o Direito em sua inserção nas mudanças da economia, da sociedade, bem como o seu instrumental de normatização-regulação de condutas e demandas e mecanismo de solução de conflitos. Por outro lado, vastas pesquisas realizadas no âmbito da Sociologia do Direito e da Teoria vêm demonstrando a falência da tradição formalista dos cursos jurídicos, eis que desprovida de capacidade de redefinição dos conceitos que informam a dogmática jurídica e suas transformações.

Ante isso, surge a necessidade de oferta de um Curso de Direito que permita ao egresso, tanto a compreensão tecnológica (ou seja, dogmática) do fenômeno jurídico como, ao mesmo tempo, crítica. Desta forma, o Curso de bacharelado em Direito ofertado pela UNEMAT tem como objetivo básico proporcionar uma formação distinta tanto para o Estado como para os postos da sociedade civil. Os egressos deste curso, assim, devem ter sólido conhecimento interdisciplinar, sendo que tal interdisciplinaridade não será exterior à dogmática jurídica, mas, por certo, processar-se-á no interior desta, estando presente em todas as disciplinas.

Este Curso de Direito, ao eleger por aludido fio condutor interdisciplinar, assume, perante a sociedade, postura no qual se compromete com uma qualificação política e técnica de seus egressos, preparando-os para o íntegro e competente exercício das profissões jurídicas públicas e privadas e para uma adequada ação de cidadania. Desta forma, não se implementa uma opção genérica e neutra. Formam-se, então, profissionais e cidadãos empenhados com a prevenção de conflitos, com a eficaz solução técnica dos litígios, e com a busca de respostas éticas (e interdisciplinares) às transformações da história e do país.

Além da adequada formação jurídica, é necessária semelhante formação econômica, sociológica, histórica, política, crítica, entre outros. O Curso de Direito da UNEMAT será permeado por uma academia que busca ir além da preparação de profissionais habilitados ao exercício competente de todas as carreiras jurídicas, formando cidadãos conscientes e comprometidos com os problemas de seu tempo, com a transformação social.

Desta forma, o currículo pleno sugerido ao Curso atende às exigências de formar bacharéis efetivamente habilitados ao imediato exercício da profissão e ajustados às constantes e variadas necessidades do mercado de trabalho, conforme orienta o MEC, como também, aptos a estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, conforme dispõe o artigo 43, da LDB:

Art. 43º. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;



II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Outro importante aspecto que integra os objetivos do Curso de Direito da UNEMAT, é a promoção de uma visão crítica aos bacharéis em Direito, para sua extrapolação de um nível meramente propedêutico. Isso implica a presença, no projeto didático pedagógico, de duas grandes atitudes:

- (i) a inserção no currículo de disciplinas formativas com caráter interdisciplinar, com qualificação adequada por parte dos docentes responsáveis e
- (ii) o trato interdisciplinar das matérias de caráter técnico, o que se constitui como desafio maior, eis que tal mister, mais que mudanças de forma, demanda uma visão reflexiva que perpassa por todo o currículo pleno.

Este (currículo pleno), por sua vez, possui uma composição tridimensional integrada: disciplinas de formação geral, disciplinas profissionalizantes e atividades práticas oferecidas pelo Núcleo de Prática Jurídica, todas interligadas. Deste modo, o Curso de Direito da UNEMAT encontra-se projetado tanto para possibilitar uma formação geral do futuro bacharel como a formação especializada.

Deste modo, além formação geral oferecida a todos seus discentes, a formação especializada considerará a aptidão pessoal de cada discente, através das Disciplinas Eletivas Obrigatórias que neste PPC serão quatro, estabelecidas pela Coordenação do Curso de Barra do Bugres.

É de se notar, por outra perspectiva vinculada à concepção do Curso, que ao mesmo tempo em que os juristas devem estar preparados para o novo quadro proveniente das transformações dos mercados, da economia, da política e do Estado (por decorrência também do processo de globalização), ou seja, de um mundo (e de um Direito) que se busca afirmar, agora, pós-moderno, radicaliza-se nossa condição de Estado subdesenvolvido. Convive-se, a um só instante, no plano geral, com várias realidades e desigualdades sociais.

Os operadores jurídicos, neste contexto, devem estar preparados para responder as demandas de atores individuais e sociais (e de comunidades) da sociedade e do Direito da atualidade, ainda predominantes em diversas regiões do país.

É o caso de Mato Grosso, em que se espera que os operadores jurídicos estejam igualmente capacitados para responder às demandas afetas diretamente a este bacharelado como aos conflitos dos atores sociais, políticos e econômicos locais, sem perder a perspectiva das grandes transformações, demandas e conflitos do Direito e da sociedade pós-moderna.



Em outras palavras, demanda-se uma compreensão do Direito tradicional, com o conhecimento das habilidades técnicas da dogmática jurídica, bem como a reflexão crítica da legislação e da jurisprudência em constante transformação pelo seu contato com as novas realidades sociais.

É o ponto em que a já citada compreensão interdisciplinar do Direito se insere com grande força. Retornando ao campo da formação jurídica, tal implica dizer que o egresso do Curso de Direito deverá, ao mesmo tempo, estar preparado para lidar com questões ligadas ao processo de globalização e internacionalização do Direito, assim como estar preparado para lidar com questões atinentes ao Direito Agrário, Ambiental, demandas cíveis tradicionais (contratos, responsabilidade civil, direitos reais, família, sucessões...), empresariais, criminais, trabalhistas e assim por diante.

Para isto, na primeira linha de demanda do egresso, sustenta-se a necessidade de disciplinas basilares, com abordagens novas e abertas às mudanças indicadas: Sociologia do Direito, Filosofia do Direito, Ciência Política, Economia Política, por exemplo.

Na segunda linha destacamos a necessidade de se firmar bases sólidas das disciplinas dogmáticas, para que o bacharel em direito possa completar seu curso com compreensão suficiente para buscar objetivos que deseja alcançar na área, tenha uma visão macro e micro do curso que se propôs a fazer, preparando-se, deste modo, para a vida prática do grande leque que formam as carreiras jurídicas. Algumas disciplinas tradicionais, como Direito Civil, Trabalho, Penal, Empresarial etc., irão desenvolver, na forma do encaminhamento de seus conteúdos programáticos, conteúdos que deem conta das novas tendências da dogmática diante da perspectiva globalizada, internacionalizada e constitucionalizada do Direito.

Para melhor estruturar nosso Projeto Político e Pedagógico, e de justificarmos a importância do Curso de Direito para o Estado, nos propusemos a traçar o perfil do egresso para justificar de forma abalizada a necessidade do Curso de Direito para o Estado de Mato Grosso, atualmente, em seus cinco *Campi*, é dizer, Alta Floresta, Barra do Bugres, Cáceres, Diamantino e Pontes e Lacerda.

O Curso visa formar um profissional: com conhecimento sólido dos elementos e princípios que constituem a experiência jurídica; com instrumental para aplicação dos conhecimentos teóricos à realidade prática; dotado de uma visão lúcida e crítica, universal e científica voltadas para a realização do Direito; apto para, diante das transformações sociais e a realidade nacional, compreender, interpretar e contribuir na criação do Direito e na sua justa aplicação. O exercício da advocacia; exercício de funções públicas; magistratura; ministério público; carreira policial; magistério jurídico e diplomacia. Acima de tudo, visa-se propiciar ao acadêmico visão global e crítica, a fim de que o mesmo possa, dentro do rol de possibilidades tão amplas que é ofertado ao Bacharel em Direito, posicionar-se de forma transformadora perante o mundo e a sociedade.

Na terceira linha de formação do que se espera do perfil do egresso, reforça-se as demandas tradicionais de compreensão técnica e crítica da legislação, considerando que o acadêmico já possui as mínimas bases teóricas e dogmáticas para tal.

O desenvolvimento das habilidades profissionais, argumentativas e sociais que se aguarda dos operadores do Direito deve aflorar nesta fase, com reforço de conteúdos decorrentes do surgimento de novos Direitos. Daí justificam-se as demais disciplinas e matérias do currículo mínimo, desdobradas sequencialmente de forma a atender as peculiaridades regionais.

Logo, com base nas demandas reais e potenciais do mercado, este Curso de Direito propõe-se a formar um profissional capaz do seguinte:

- a) Tomar decisões e saber implementá-las no interesse da Justiça;
- b) Identificar a melhor forma de organização de processos e atos jurídicos;
- c) Agir na comunidade, em todos os seus segmentos, segundo os princípios da moral e da ética, atuando como um agente de transformação em nome da justiça e da equidade social;
- d) Compreender e dominar o entendimento pleno dos atos jurídicos e das decisões da Justiça, valorizando o trabalho em equipe, numa dimensão inter e multidisciplinar;



e) Desempenhar suas atividades como profissional competente e ético, em quaisquer organismos da administração pública, no complexo das atividades empresariais e/ou na defesa dos interesses legítimos do cidadão;

f) Colaborar com a formação do comportamento do cidadão e com o desenvolvimento da cultura e do sentimento de solidariedade humana;

g) Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas.

Para atingir estes objetivos, a presente proposta compreende um currículo pleno para habilitar seu egresso à:

Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;

Compreensão teórica e metodológica das realidades sociais, e do Direito, que possibilite resolução dos problemas e desafios, com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;

a) Estabelecimento das dimensões investigativa e interativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;

b) Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;

c) Pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;

d) Ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;

e) Concatenação entre supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio e seu exercício no campo jurídico;

f) Profissionais competentes em sua área de desempenho, mas generalistas em sua formação intelectual e cultural;

g) Domínio de amplo rol de informações, com capacidade de diagnosticar rapidamente a realidade, em um mundo cada vez mais globalizado;

h) Capacidade de apresentar propostas criativas e inovadoras em seu campo de trabalho;

Em resumo, aguardam-se a formação e desenvolvimento das seguintes competências e habilidades, espalhadas por todas as fases, apresentadas abaixo:

a) Formação técnico-humanística: antropologia jurídica, língua portuguesa, hermenêutica jurídica, história do direito, ciência política;

b) Conduta ética associada à responsabilidade social e profissional: ética profissional, sociologia do direito, antropologia jurídica, direito ambiental;

c) Capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito: introdução ao estudo do direito, metodologia da pesquisa jurídica, sociologia do direito;

d) Capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as demandas individuais e sociais – sociologia do direito, direito processual civil, direito processual penal, direito processual do trabalho, direito administrativo, direito constitucional, prática jurídica real e simulada;

e) Capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos: direito processual civil, direito processual penal, direito processual do trabalho, direito internacional, direito administrativo, direito constitucional.

f) Capacidade de atuação individual, associada à coletiva no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional: metodologia da pesquisa jurídica, trabalho de conclusão de curso;

g) Domínio da gênese, dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente: direito civil, direito penal, direito constitucional, direito administrativo, direito empresarial, direito tributário, direito processual civil, direito processual penal, direito agrário e ambiental;



h) Consciência dos problemas de seu tempo e espaço: introdução ao estudo do direito, ciência política, filosofia do direito, direito ambiental, direito internacional, ciência política.

4.3 – Orientações básicas

O Curso de Direito da UNEMAT está concebido dentro de um espírito de busca de novos caminhos e conhecimentos, com a esperança de que a contribuição para a formação profissional de novos bacharéis seja também modo eficaz de ajudar a solucionar os impasses da sociedade brasileira.

Desta forma, a sua matriz curricular, organizada em consonância com os delineamentos estabelecidos na concepção e objetivos do Curso, almeja alcançar a maior correspondência de seu conteúdo com as ênfases pretendidas, bem como contemplar adequadamente as atividades teórico-práticas, a compreensão interdisciplinar, a transmissão crítica e a produção criativa do conhecimento.

A compatibilização da concepção do curso formação de bases humanísticas, sobre as quais se erige uma profissionalização que atenda às necessidades gerais do exercício de profissões jurídicas) com o contexto cultural, social e econômico em que atua, deverá transparecer claramente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a formação de bases humanísticas, sobre as quais se erige uma profissionalização que atenda às necessidades gerais do exercício de profissões jurídicas.

O desenvolvimento do Curso também terá como objetivo privilegiar as interfaces com outros cursos de graduação e pós-graduação, ministrados pela UNEMAT e com os quais o Curso de Direito na modalidade “fora de sede” no Município de Brasnorte procurará estabelecer estreitas interações, nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

A matriz curricular, compatibilizada com o contexto histórico-cultural, representará um forte instrumento de realização das finalidades da Instituição e dos objetivos do Curso de Direito, além de apresentar flexibilidade suficiente para oferecer experiências diversificadas de aprendizagem e para permitir ajustes aos contextos regionais no oferecimento de curso fora da sede.

O conteúdo dos planos curriculares deve ser compreendido numa perspectiva ampla, de forma a incluir o que devemos *saber* (conhecimento), o que devemos *saber fazer* (procedimental), o que devemos *ser* (ético) e o *saber conviver* (político).

As atividades de sala de aula devem estar sempre em interação com as disciplinas de estágio e as atividades de pesquisa e de extensão. Desta forma, as primeiras serão a base para o tratamento interdisciplinar do conhecimento e para o verdadeiro sentido da formação crítica, ensejando diálogo permanente com a realidade, a partir daí, privilegiando-se, o ensino voltado para a construção das habilidades de interpretação e aplicação da lei.

Para tanto, os estágios e as práticas jurídicas deixam de ter aquele tradicional significado de “prática forense”, exclusiva das últimas séries. Conquanto também as incluam, os estágios são concebidos de forma bem mais ampla. Serão desenvolvidos incluindo a observação orientada e a participação, não apenas nas lides forenses, mas em todo o espectro de instituições onde o Direito ocorre. Em conformidade com o art. 7º incisos I, II, III e IV do art. 7º da Resolução CNE/CES n. 3 de 14 de julho de 2017, o estágio prático é componente obrigatório e ocorrerá dentro do espaço da própria instituição por meio do Núcleo de Prática Jurídica, com serviços de assistência jurídica a serem implantados nos semestres correspondentes a essas disciplinas práticas.

As atividades complementares também são concebidas como formas de ampliação das experiências acadêmicas do aluno, harmonizando um conjunto diversificado de vivências, no objetivo de enfatizar a participação nas atividades de pesquisa e extensão.

Como atividade institucional do Curso de Direito, a pesquisa está fundamentalmente ligada ao ensino e à extensão, e terá como principais expressões o Trabalho de Conclusão de Curso, as



pesquisas pontuais e projetos específicos, sempre irmanados com o que ocorre no Curso de Bacharelado em Direito do Município de Barra do Bugres.

4.4 Avaliação

4.4.1 Avaliações de Aprendizagem

A avaliação será preocupação constante, não se restringindo à verificação do rendimento escolar do aluno quanto às disciplinas do currículo de forma objetiva, através de prova escrita, mas sim de forma ampliada, abrangendo o ensino, a pesquisa, a extensão e considerando o contexto histórico-geográfico em que o mesmo se insere e a própria evolução acadêmica, levando-se em conta, assim, o contexto do aluno, como vive, qual seu histórico, o que já traz à Universidade como conhecimento.

Desta forma, a par da verificação da aprendizagem, deverão ser avaliados todos os aspectos envolvidos na atividade institucional, incluindo aspectos inerentes à evolução individual de cada um dos acadêmicos.

De acordo com a Res. 054/2011-CONEPE, que institui a Normatização Acadêmica da Unemat, a avaliação de aprendizagem dos discentes é realizada por disciplina. Devem ser realizadas, no mínimo, três avaliações em cada disciplina, realizadas durante o semestre letivo, nas quais são atribuídas notas que variam de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. Ao final de cada semestre letivo, é atribuída uma nota final, em pontos, resultante da média aritmética da quantidade de avaliações realizadas na disciplina.

Para ser considerado aprovado na disciplina, o discente precisa obter média 7 (sete). Caso obtenha média inferior a 7 (sete), mas não inferior a 5 (cinco), é concedida, ao discente, a oportunidade de realização de um exame final (prova) na respectiva disciplina. Essa prova de exame final, aplicada ao final do período letivo, consta de uma única prova escrita, a qual visa à avaliação da capacidade mínima da disciplina. Nessas situações, é considerado aprovado na disciplina o discente que obtiver nota mínima igual ou superior a 5 (cinco) no exame final.

O discente que reprovar poderá se matricular em Barra do Bugres para cumprir as disciplinas restantes (as de formação geral/humanística, profissional ou de formação complementar e estágio), e ainda, verificada a demanda poderão ser re-ofertadas até duas disciplinas por semestre letivo, estabelecidas pela Coordenação do Curso, para àquelas que tiveram baixo rendimento e alto índice de reprovações, que ocorrerão no contraturno do funcionamento do curso, com exceção das disciplinas consideradas práticas (de estágios e monografias) que deverão ser re-ofertas no curso de Direito do núcleo pedagógico de Barra do Bugres. Para outras formas de re-ofertas de disciplinas serão observadas as normativas internas da UNEMAT.

Os processos de aproveitamento de estudos serão analisados pelo coordenador do curso e solicitações de 2ª chamada serão avaliados pelo professor da disciplina e/ou pelo coordenador do curso, não cabendo recurso caso haja seu indeferimento e uma vez cumprida o que a normatização acadêmica estabelece.

As solicitações de regime domiciliar deverão ser apreciados pelo coordenador do núcleo e do curso de Direito de Barra do Bugres.

Caberá ao colegiado de curso de Barra do Bugres deliberar sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão obedecendo o Estatuto da Universidade, Resolução 049/2016-CONSUNI e todos os problemas/casos a serem decididos a nível de colegiado deverão ser encaminhados para o colegiado de Barra do Bugres.



4.4.2 Avaliação institucional

A Unemat realiza sua avaliação institucional por meio de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída e com regimento estabelecido pela Res. 002/2005-CONSUNI.

De acordo com essa resolução, compete à CPA: I. Coordenar processos internos de avaliação da Universidade; II. Coordenar a auto-avaliação institucional; III. Sistematizar e prestar informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP e Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, em relação aos processos internos de avaliação.

Por sua vez, as atribuições da CPA compreendem: I. Coordenar a auto-avaliação da UNEMAT; II. Atender às diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES; III. Adotar procedimentos e instrumentos diversificados de pesquisa, respeitando as especificidades da UNEMAT; IV. Analisar de forma global e integrada as dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da UNEMAT; V. Respeitar o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos; VI. Respeitar a identidade e a diversidade de seus campi e órgãos; VII. Garantir a participação do corpo discente, docente, técnico-administrativo da Universidade e da sociedade civil organizada nos processos avaliativos; VIII. Elaborar pareceres para tomada de decisões; IX. Realizar reuniões ordinárias e extraordinárias; X. Sistematizar e analisar dados e informações do processo de auto-avaliação da Universidade; XI. Acompanhar os processos de avaliação externa da Instituição; XII. Implementar ações visando à sensibilização da comunidade universitária para o processo de avaliação na Universidade; XIII. Disseminar, permanentemente, informações sobre o processo de avaliação institucional; XIV. Avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos de avaliação já existentes na Instituição para subsidiar os novos procedimentos; XV. Articular-se com as Comissões Próprias de Avaliação de outras IES e com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior; XVI. Informar suas atividades aos órgãos centrais de decisão e ao Conselho Universitário, mediante a apresentação de relatórios, pareceres e recomendações; XVII. Aprovar o relatório final de auto-avaliação institucional; XVIII. Socializar e encaminhar para as instâncias competentes o relatório final de auto-avaliação institucional.

5 – METODOLOGIA

A opção do Curso é pela utilização de metodologia de aula conforme a aptidão que possui cada disciplina e cada conjunto de acadêmicos, enfatizando, especialmente, cotejar teoria com prática, bem como as problemáticas cotidianas dos discentes, sem se olvidar de introduzir, dentro de tais discussões, pensadores clássicos e atuais de cada disciplina. Assim, prioriza-se a aula-debate, da aula com desenvolvimento de trabalhos, intercalando tais atividades com a técnica de aula expositiva, mas sempre utilizando-se destas nas suas formas participativa e dialógica, sem prejuízo da utilização, por parte do professor, de todas as demais técnicas que visem ao desenvolvimento do raciocínio e a construção do conhecimento.

Em todas as modalidades, incentivar-se-á, sempre, o desenvolvimento das habilidades de construção crítica do conhecimento. Para tanto, será também incentivada a realização de atividades em grupo e seminários, pesquisas de jurisprudências, de leis antigas em cotejo com as novas, com o *mens legislatoris*, o ser e o dever ser do Direito, o dado e o construído, o que é perfeitamente cabível neste curso fora de sede.

Em todas as atividades de ensino, privilegiar-se-á a compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico. A interdisciplinaridade deverá ser buscada tanto no âmbito interno do próprio curso, mas também nas suas interfaces com os demais cursos da instituição. No caso deste Curso “fora de sede”, existem *campi* próximos à cidade que bem podem albergar estas necessidades.



A intenção é inserir os acadêmicos na comunidade universitária existente, com a clara e objetiva ligação destes alunos ao curso de sua sede, qual seja, o curso de Direito de Barra do Bugres, bem como aos demais cursos da UNEMAT.

Esta perspectiva deverá caracterizar tanto o desenvolvimento das aulas do conteúdo disciplinar quanto às atividades complementares, a pesquisa e a extensão.

O curso será modular ou seja, 3 créditos ou 45 horas/aulas em aulas presenciais a ser esgotada em duas semanas de aulas e 1 crédito ou 15 horas/aulas em crédito a distância. Excetuando-se dessa metodologia as disciplinas de estágio real (civil e penal que serão em um dia da semana no período vespertino) e as de monografias jurídicas, uma vez na semana no período noturno.

No que se refere à prática jurídica, deverá ela ser desenvolvida, através de atividades típicas de estágios, individuais, em pequenos grupos e em grupos maiores, dependendo da atividade específica, oferecidas pelo Núcleo de Prática Jurídica, a ser providenciado pela coordenação do estágio do núcleo de Brasnorte.

Quanto ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), também haverá um coordenador para as disciplinas de Monografia jurídica I e Monografia jurídica II, devendo o mesmo ser o responsável pelas duas disciplinas, pela nomeação das bancas tanto dos projetos como da apresentação do artigo e pela documentação necessária e disposta no regulamento de Barra do Bugres. Responsável estará por toda orientação dos alunos e documentação que o regimento estabelece, para registro e arquivamento desses trabalhos. A orientação dar-se-á também de forma individual, em pequenos grupos e em grupos maiores, relativamente, às questões de conteúdo e às questões metodológicas, voltando-se para a realização de trabalho de excelência em graduação em Direito.

Fica estipulada também, em virtude da necessidade de atender as especificidades do curso em Brasnorte, um pró-labore de 300,00 reais e diárias para o professor que se disponibilizar a orientar alunos e os acompanhar desde a fase do projeto de pesquisa até a defesa de monografia. A compensação pecuniária se dará ao finalizar seu trabalho de orientações e defesa das monografias, ou seja, ao final da disciplina de Monografia II. Cada professor poderá ter um limite de 1 a 5 orientandos respeitando o regimento de tcc do curso de Direito de Barra do Bugres.

Faz-se a necessidade de um Coordenador do Estágio Supervisionado e de TCC, especialmente dedicado à esta turma fora de sede, para que seja uma grande referência aos acadêmicos, que geralmente dão, nesta fase, passos ainda iniciais na pesquisa jurídica e no conhecimento técnico do curso de Direito.

As normativas a serem obedecidas serão as já aprovadas e as que irão se sedimentar no curso da sede, ou seja, em Barra do Bugres.

Com isto, o Coordenador de Estágio e TCC indica um norte aos acadêmicos/professores que o auxiliam, proporcionando atendimento direto, prático, objetivo ao aluno, para que este se sinta inserido e possa se desenvolver no universo da pesquisa jurídica, tão carente de fomento no país.

Haverá ainda, para atender a especificidade do curso de Brasnorte, um coordenador geral do curso (que ficará no total de 5 anos até a finalização dos trâmites de reconhecimento e de disciplinas re-ofertadas), um coordenador do núcleo pedagógico (também no total de 5 anos, cedido pela prefeitura municipal de Brasnorte) e um coordenador para atividades à distância (no total de 5 anos) pois todas as disciplinas (com exceções as de formação de estágio e monografias, disciplinas práticas) terão crédito à distância, observando os 20% que a Portaria do MEC n. 1.134 de 10 de outubro de 2016 autoriza, e necessitará de suporte técnico para o desenvolvimento das mesmas, bem como a necessidade de fechamento das disciplinas que estiverem sendo re-ofertadas para a finalização do curso de direito.



5.1 - Sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Um Ambiente Virtual de Aprendizagem ou simplesmente AVA é para Ribeiro (2007) um espaço de aprendizagem e trocas de conhecimentos que é possibilitada somente com o advento das novas tecnologias digitais (TD's) como a Internet, smartphones, tablets e computadores, que evoluem de forma exponencial a cada ano.

Seguindo uma tendência na educação brasileira e mundial buscamos por meio do AVA uma maior interação entre Aluno x Professor, Aluno x Aluno e Professor x Professor por meio de salas de aulas virtuais, que não se prendem ao tempo e espaço para sua existência, possibilitando o máximo em desempenho acadêmico dos entes envolvidos na educação superior de qualidade.

5.1.2 O Moodle 3.2 com AVA

Para este curso as salas de aulas virtuais serão ofertadas na plataforma Moodle (versão 3.2), um software educacional de código livre, e com infinitas possibilidades de postagem, acompanhamento e avaliação de conteúdo, sendo o mais baixado para tais fins na educação superior mundial.

5.1.3 Formação dos alunos e professor no AVA

Devido aos constantes avanços nas TD's utilizadas no meio educacional brasileiro e algumas tendências mundiais encontradas em grandes instituições abertas de ensino, como a UAB do Brasil e Portugal, a Coordenação de Tecnologia Digital – Direito Brasnorte irá ofertar semestralmente um curso de 20 horas de formação do Ambiente AVA Moodle 3.2 para todos os acadêmicos e professores vinculados ao curso.

- Formação acadêmica: 12 horas presenciais e 8 horas online.
- Formação docente: 20 horas todas online.

A certificação será mediante comprovação da realização de todas as atividades propostas, tendo aproveitamento superior a 5 pontos, numa escala de 0 a 10 pontos, e será disponibilizada aos alunos e professor somente pela Coordenação de Tecnologia Digital – Direito Brasnorte.

Observação: A formação do docente no AVA é obrigatória na primeira disciplina com créditos à distância pleiteadas, sendo isento nas demais disciplinas que pleitear ao longo do curso. O não cumprimento da formação docente será encaminhada a Coordenação de Curso que procederá com sanções cabíveis, inclusive com cortes de bolsa.

5.1.4 Materiais e Recursos Tecnológicos para Gravação de Vídeo Aulas

- Computador e Notebook;
- Câmara Filmadora e Tripé de apoio;
- Estúdio móvel (somente disponível gravação em Barra do Bugres);
- Edição e postagem de vídeos (executado somente pelo Coordenador de Tecnologia Digital ou com autorização do mesmo);
- Software de edição de vídeos.

5.1.5 Sobre os Créditos a distância

Cada crédito a distância tem duração de 15h, sendo entendido por no mínimo uma tríplice de atividades desenvolvidas com recursos tecnológicos disponíveis:

- Aulas online por vídeos gratuitos ou produzidos no estúdio móvel, ou qualquer vídeo próprio aprovado pela Coordenação do Curso.



- Material no formato PDF produzido pelo professor, ou material da biblioteca virtual UNEMAT, ou material de acesso público, ou qualquer outro que a Coordenação do Curso venha a aprovar.
- Atividade avaliativa presencial referente aos conteúdos online. Essa atividade acontecerá com data agendada pela Coordenação de Curso e divulgada com uma semana de antecedência aos alunos.

Sobre a disciplina no Moodle

Após liberação da Coordenação de Curso para criação da disciplina no Moodle, a Coordenação da Tecnologia Digital - Direito Brasnorte irá agendar com o professor titular da disciplina para gravação de aulas e/ou montagem do designer do curso que corresponde a:

- Cabeçalho da disciplina;
- Tópicos dos conteúdos descritos no plano de ensino.
- Agenda das atividades avaliativas descritas no plano de ensino;
- Vídeo aulas descritos no plano de ensino

O professor terá total liberdade para ajustes no Ambiente Virtual, assim como poderá solicitar a Coordenação de Tecnologia Digital os devidos reparos ou acréscimos de conteúdos.

5.2 – Pesquisa

A atividade de pesquisa é um importante sustentáculo do tripé que ampara a UNEMAT.

O curso jurídico deve incentivar e se sustentar em atividades de pesquisa jurídica, nas modalidades própria ou interdisciplinar. Nesse sentido, a instituição deve propiciar, de forma direta ou mediante intercâmbio:

- (a) a formação de grupos de pesquisa com participação discente em programas de iniciação científica;
- (b) a integração da atividade de pesquisa com o ensino;
- (c) a manutenção de periódicos para publicação da produção intelectual de seus corpos docente e discente.

Todas estas atividades serão regidas pelas normas do Curso da sede, ou seja, do Bacharelado em Direito do *campus* de Barra do Bugres/MT.

Como atividade institucional do Curso de Direito, a pesquisa está fundamentalmente ligada ao ensino e à extensão, e terá como principais expressões o Trabalho de Conclusão de Curso, as pesquisas pontuais e projetos específicos, produção de artigos científicos, trabalhos, exposições, entre outras atividades. Em razão disso, foram, inclusive, criadas em Barra do Bugres e mantidas em Brasnorte disciplinas e atividades especificamente voltadas à preparação, orientação e desenvolvimento da pesquisa, como Metodologia de Pesquisa e TCC. Esta última disciplina, desdobrada em duas e ampliada no curso fora de sede, o que é proposta, igualmente, a ser debatida no curso-sede.

O Curso de Direito da UNEMAT estimulará o desenvolvimento de atividades de pesquisa pontualmente nas diversas disciplinas que compõem o currículo, mediante orientação dos respectivos professores bem de projetos específicos, desenvolvidos por professores, com a participação de discentes do curso, através de recursos técnicos e/ou financeiros, bem como com a participação dos acadêmicos nas atividades desenvolvidas no *campus*-sede. Serão priorizados os projetos de pesquisa que mantenham interfaces com as demais áreas de ensino da Instituição.

Dessa forma, as atividades de pesquisa a serem desenvolvidas no Curso de Direito seguem 3 (três) linhas básicas: a pesquisa pontual, nas disciplinas; o Trabalho de Conclusão de Curso e os projetos desenvolvidos por docentes pesquisadores, com o envolvimento direto dos alunos.



5.3 – Extensão

Como processo educativo, cultural, científico e tecnológico, a extensão deverá manter articulação com o ensino e com a pesquisa, consolidando a relação entre a universidade e a sociedade por meio de compromissos e parcerias mútuas, através de práticas de intervenção social, objetivando a produção do saber transformador e formador da cidadania e da consciência crítica.

No Curso de Direito, a extensão está vinculada a diversos aspectos, em especial, à pesquisa e às atividades complementares. Desse modo, o curso manterá, entre outras atividades, conexão com o curso-sede para realizar tais atividades, mas não necessitará ficar adstrito a isto, pois deverá, ao longo do curso, propiciar que se forneçam contornos da extensão universitária que necessita ser oferecida à comunidade dentro do Município de Brasnorte.

A finalidade da extensão é propiciar à comunidade o estabelecimento de uma relação de reciprocidade com a instituição, não se confunde com o estágio de prática jurídica e pode ser integrada nas atividades complementares. Ela deve ser promovida de forma permanente, proporcionando um efetivo envolvimento de seus docentes e discentes com a comunidade – o que em tudo comunga com as finalidades deste curso fora de sede, que possui vocação precípua de atender à comunidade e propagar o conhecimento.

Nesse sentido, as atividades de extensão desenvolvidas dirigem-se à comunidade e aos próprios alunos e professores do Curso de Direito, conservando integração com o ensino e com a pesquisa. Todas as atividades de extensão deverão plenificar o diálogo de saberes entre a Instituição e a comunidade.

O Curso de Direito a ser instalado em Brasnorte, com a turma fora de sede, contará com a atuação dos professores de Barra do Bugres já envolvidos em projetos de extensão para desenvolvê-los, na medida das possibilidades, no Município primeiramente mencionado, para que haja a integração deste com as práticas que já funcionam com eficácia e eficiência no *Campus* sede. Com os projetos de extensão já em andamento e sua aplicação, igualmente, no curso fora de sede, haverá integração dos acadêmicos, das comunidades, com a ampliação da visão crítica dos alunos em relação ao espaço geopolítico que ocupam, o que facilita e amplia discussões sobre o campo em que se estão inseridos os problemas jurídicos de nossa região.

Assim, em cursos fora de sede, a extensão pode e deve ser eficiente instrumento da propagação dos saberes, bem como da ampliação da experiência crítica e analítica do discente. Também haverá o estímulo à produção acadêmica em cursos e eventos que devem ser organizados pelo menos 1 vez ao ano em Brasnorte pelo coordenador do curso com o auxílio dos professores do curso bem como da comunidade acadêmica. Essas atividades comporão as atividades complementares (descritas no item a seguir) que devem ser computadas para os acadêmicos ao longo dos 5 anos de curso. Os eventos devem estar previstos no cronograma de execução financeira no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais por evento/curso/ano).

5.4 – Atividades complementares

As atividades complementares têm por objetivo proporcionar ao acadêmico, em ampliação ao currículo pleno, uma trajetória autônoma e particular, com instrumentos que lhe permitam o enriquecer cultural e do conhecimento jurídico proposto pelo curso.

As Atividades Complementares são elementos curriculares que buscam enriquecer e complementar o perfil do formando, podendo ser iniciadas a partir do 1º período pelo estudante, que deverá completar tais horas ao longo dos semestres e não de forma compactada e, portanto, superficial.

Ou seja, tais atividades devem se inserir constante e progressivamente na vida acadêmica dos alunos, a fim de que estes, ao final da graduação, percebam que tal participação em



atividades complementares é fundamental também após a graduação e relevante para o profissional da área jurídica.

Em nosso caso, as horas de atividades extracurriculares serão completadas conforme resoluções da instituição, especialmente de acordo com as normativas do campus-sede, mas primando sempre pelo acesso à educação aos estudantes de cursos fora de sede.

Relevante é a integração entre estas atividades e a extensão, que virá ao Curso de Brasnorte com as experiências já realizadas em Barra do Bugres.

Destaca-se que as Atividades Complementares são componentes curriculares, cuja carga horária fará parte do registro curricular do formando, contudo, deverão ser desenvolvidas por meio de atividades extracurriculares, de modo que possibilite o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do discente, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As Atividades Complementares são componentes curriculares que visam enriquecer e complementar o perfil do formando, podendo ser iniciadas a partir do 1º período pelo estudante, que deverá cumprir pelo menos 250 (duzentos e cinquenta) horas de Atividades Complementares.

São consideradas Atividades Complementares:

- I. Pesquisa e Iniciação Científica;
- II. Extensão;
- III. Monitoria;
- IV. Seminários, Simpósios, Congressos, Conferências, Fórum; V. Produções coletivas;
- VI. Participação na organização de atividades culturais, eventos, fomento, assessoria a grupos sociais, desde que conste no certificado a respectiva carga horária.
- VII. Cursos na área do Direito ou áreas afins, independentemente da carga horária;
- VIII. Estudo dirigido, desde que não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária e sejam acompanhados pelo professor responsável pelas Atividades Complementares. As atividades de monitoria, participação em projetos de pesquisa e/ou extensão, as produções coletivas, devem ser computados em 30 (trinta) horas por semestre como Atividades Complementares.

As horas das Atividades Complementares não podem ser integralizadas todas em um mesmo curso ou atividade. Deste modo, a carga horária máxima a ser considerada válida para cômputo das Atividades Complementares em cada curso totalizará 50 (cinquenta) horas.

Todas as demais regras atinentes às Atividades Complementares serão guiadas pelas normas já aprovadas no curso de direito de Barra do Bugres.

Fica sob a responsabilidade do coordenador do curso de Brasnorte a conferência desses certificados e validação dos mesmos.

5.5 – Estágios e Núcleo de Prática Jurídica

Desde a edição da Portaria MEC 1886/1994, o estágio deixou de denominar-se “Prática Forense” e agora é denominado “Prática Jurídica”, como decorrência da concepção de que o Direito não se resume ao “mundo do foro”, mas é encontrado em vários contextos: no Poder Executivo, Legislativo, nas Associações, no âmbito familiar, enfim, permeia a relação de todos os que vivem em sociedade. O art. 7º da Resolução CNE/CES n. 3º de 14 de julho de 2017 alterou o art. 7º da Resolução CNE/CES n. 9/2004 e acatamos todas as alterações para contemplar as disciplinas práticas de estágio.

Portanto, a prática jurídica, simuladas e reais, devem ser pautadas em redação de atos jurídicos e profissionais, rotinas e peças processuais, atuação e assistência em audiências e sessões, visitas relatadas a órgãos judiciários e demais repartições públicas ou privadas, análise



de autos findos, prestação de serviços jurídicos, treinamento de negociação, mediação, arbitragem e conciliação, resolução de questões e conflitos.

O estágio tem por finalidade propiciar ao aluno formação prática, com desenvolvimento das habilidades necessárias à atuação profissional. A concepção e organização das atividades práticas devem estar adequadas aos conteúdos dos eixos de formação fundamental e profissional, trazendo ao discente uma perspectiva integrada da formação teórica e prática.

Cada aluno deverá cumprir um mínimo de 300 horas/atividade de Estágio Supervisionado, abrangendo Visitas Orientadas, Práticas Simuladas e Real, preponderantemente no Núcleo de Prática Jurídica – o que será possibilitado pelo Município de Brasnorte e, se possível, por convênios a serem realizados com os órgãos públicos/privados.

Desta forma, faz-se necessário compatibilizar as atividades da Prática Jurídica com um Núcleo de Prática Jurídica, em obediência e em conformidade ao disposto no art. 7º Resolução CNE/CES nº 03/2017, do Ministério da Educação, que institui as diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Direito.

Conforme preceitua a Resolução CNE n. 03/2017:

Art. 7º O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados próprios, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O Estágio de que trata este artigo será realizado:

I - na própria instituição de Educação Superior, através do Núcleo de Prática Jurídica, que deverá estar estruturado e operacionalizado de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho competente, podendo, ser celebrado convênio com a Defensoria Pública para prestação de assistência jurídica suplementar.

Para atender a especificidade da turma fora de sede em Brasnorte: haverá um coordenador de estágio que ficará responsável pelo estágio civil (simulado e real), penal (simulado e real) e o estágio trabalhista (simulado) ficará sob responsabilidade do professor da disciplina, devendo o coordenador do estágio e professores obedecerem o que está disposto no regimento de Barra do Bugres. Ficarão responsáveis pela implantação do NPJ no município de Brasnorte especificando as causas judiciais que este Núcleo poderá atender, uma vez que trata-se de turma única e as ações judiciais tem duração maior que o próprio estágio correspondente a cada uma das fases do curso. O mesmo ficará responsável, nas diversas áreas, pela supervisão dos relatórios dos alunos nos estágios e arquivamento dos mesmos para o reconhecimento do curso. Também será possível a implantação da mediação extrajudicial por meio de projeto de extensão para que os acadêmicos possam ter contato direto e real com as profissões jurídicas e suas problemáticas cotidianas, por maiores ou menores que o sejam dentro do NPJ ou nos respectivos órgãos e instituição que estiverem estagiando. Fará parte desse estágio e portanto do relatório: a elaboração de peças processuais simuladas, atendimento e orientação presencial, visitas supervisionadas, relatório de audiências e júris (simulada e real) bem como as atividades que o coordenador do estágio estipular como necessárias e/ou as que estiverem dispostas no regimento do NPJ do curso de direito de Barra do Bugres.

Destaca-se que todas as normativas já aprovadas e em vigor no Curso de Bacharelado em Direito de Barra do Bugres, que possui regulamento que devem ser observadas também em Brasnorte, mas dentro da peculiaridade de ser um curso fora de sede, posto que o paralelo entre as duas irá conferir estabilidade, qualidade e agilidade ao curso, que se espelhará no que já é experimentado no curso de Direito de Barra do Bugres.

Com efeito, as atividades de estágio serão realizadas de forma simulada e real, sendo que, no último caso, serão efetivadas por meio do Serviço de Assistência Jurídica, que contempla a



prestação de assistência jurídica aos hipossuficientes na forma de orientações jurídicas, e no que couber obedecendo o disposto na regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ). Todas as normativas da Prática Jurídica seguirão o já normatizado no curso de Direito de Barra do Bugres.

Desta forma, faz-se indispensável o Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica, no qual será responsável pela organização e execução das atividades do núcleo, em colaboração com os demais docentes.

As formas de realização dos estágios, bem como as funções do cargo de Coordenador, estão contidas no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica, já aprovado nas instâncias desta IES e em pleno funcionamento e devem atender a especificidade do curso de Brasnorte.

5.6 – Trabalho de conclusão de curso - TCC

Como pré-requisito para conclusão do curso, os discentes deverão apresentar e defender, perante banca examinadora, Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, com fulcro na CNE/CES 09/2004 e Resolução 0042/2016 do CONEPE.

O TCC representa um momento privilegiado para a formação do discente, oportunizando o aprofundamento temático, a demonstração de sua vivência acadêmica, bem como o estímulo à produção científica em sua área de atuação, como um coroamento do currículo pleno e dos objetivos propostos para o curso.

Relativamente a ele, destacam-se os seguintes pontos fundamentais:

- a) existência de disciplinas específicas, nos semestres iniciais, destinadas a fornecer as bases teóricas e metodológicas do pensamento científico;
- b) destinação de horas especificamente para a orientação da elaboração do TCC.

O Trabalho de Conclusão de Curso, visando reforçar o efetivo compromisso do curso de Direito com a pesquisa, deverá versar sobre um tema jurídico de interesse do acadêmico e estar alinhado a uma das Linhas de Pesquisa do curso, quais sejam: Teoria do Direito e Direitos Humanos; Direito das Relações Sociais; e Direito do Estado.

O Trabalho de Conclusão de Curso se desenvolverá nas seguintes etapas:

- 1) Elaboração do projeto de pesquisa, na 9ª fase; apresentação e defesa do Relatório Parcial do TCC à Banca qualificadora, na 9ª fase;
- 2) Apresentação e defesa pública da versão final do trabalho de Conclusão de Curso; Artigo Científico perante a banca examinadora, na 10ª fase.

As formas de operacionalização dessas etapas são estabelecidas na Resolução nº 042/2016-CONEPE, que dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, bem como outras resoluções pertinentes.

Deverá haver um coordenador de Trabalho de Conclusão de Cursos especificamente para o curso fora de sede, a fim de propiciar ao acadêmico uma continuidade e real orientação e progresso nesta etapa, o que se desenvolverá à semelhança do que ocorrer no *campus* de Barra do Bugres.

Quanto ao Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia jurídica I e Monografia jurídica II), deverá haver um professor para as disciplinas de Monografia jurídica I e II que também será o coordenador dos TCCs (na 9ª e 10ª fase) especificamente para o curso fora de sede, a fim de propiciar ao acadêmico uma continuidade e real orientação e progresso nesta etapa, o que se desenvolverá à semelhança do que ocorrer no *campus* de Barra do Bugres. O coordenador deverá ser o professor para as disciplinas de Monografia jurídica I e Monografia jurídica II, e ficará responsável pela nomeação das bancas tanto dos projetos como da apresentação do artigo, devendo inclusive participar das bancas de defesas de projeto e apresentação do artigo, e pela documentação necessária e disposta no regulamento de Barra do Bugres. Responsável estará por qualquer orientação que os alunos precisar e documentação que o regimento estabelece, para



registro e arquivamento desses trabalhos. O atendimento aos alunos ocorrerá portanto a partir das aulas de Monografias, e com o orientador de monografia que dar-se-á também de forma individual, em pequenos grupos e em grupos maiores, relativamente, às questões de conteúdo e às questões metodológicas, voltando-se para a realização de trabalho de excelência em graduação em Direito.

Fica estipulada também, em virtude da necessidade de atender as especificidades do curso em Brasnorte, um pró-labore de 300,00 reais por aluno e diárias para o professor que se disponibilizar a orientar alunos e os acompanhar desde a fase do projeto de pesquisa. A compensação pecuniária se dará ao finalizar seu trabalho de orientações e defesa de monografia.

O Regulamento do TCC do curso de Direito da Barra do Bugres vem observando tanto a Resolução n. 30/2012 como a. 55/2015 e prevê a modalidade de artigo científico, devendo o mesmo regulamento ser observado nas disciplinas de Monografia jurídica I e Monografia jurídica II.

Conforme art. 24 da Resolução n. 30/2012: “Para matricular-se na disciplina de TCC, o acadêmico deve ter cumprido no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos créditos do curso”.

6 - LINHAS DE PESQUISA

A pesquisa no Curso de Direito de Barra do Bugres é organizada em três linhas de pesquisa: teoria do direito e direitos humanos, direito das relações sociais e direito do Estado. Esta será reproduzida em Brasnorte, conforme ilustração abaixo:

| LINHAS DE PESQUISA | OBJETIVOS |
|------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 – TEORIA DO DIREITO E DIREITOS HUMANOS | Fomentar pesquisas das áreas de ciência política, economia, sociologia, história, antropologia, psicologia, introdução ao estudo do direito, ciência política, entre outras. |
| 2 – Direito das relações sociais | Fomentar pesquisas nas áreas: direito agrário, direito ambiental, direito do trabalho, direito previdenciário, bem como, no aspecto privado, direito civil, direito empresarial entre outras. |
| 3 – Direito do Estado | Fomentar pesquisas nas áreas: direito constitucional, direito administrativo, direito tributário, direito processual em geral, direito eleitoral, direito penal, direito internacional. |

7 - QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A princípio o corpo docente pode ser descrito conforme professores que já existem no câmpus sede (Barra do Bugres), quais sejam:

| DOCENTE | QUADRO DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE | | | | | |
|---------------------------|-----------------------------------------|----------|-------------|--------------------|-------------|--------------------|
| | GRADUAÇÃO | | MESTRADO | | DOUTORADO | |
| | Instituição | ÁREA | Instituição | Área | Instituição | Área |
| Carlos Edinei de Oliveira | UFMT | História | UFMT | História | UFU | Educação |
| Romyr Conde Garcia | UFF | História | USP | História Econômica | USP | História Econômica |
| Vivian Lara Cáceres | UNEMAT | Direito | UNIOESTE | História | UFF | Sociologia |



| | | | | | | |
|-----------------------------------|--------|---------|--------|-------------|-----|----------------------|
| Dan | | | | | | e Direito |
| Dimas Simões Franco Neto | UFMT | Direito | UFMT | Direito | - | - |
| Waleska Malvina Piovan Martinazzo | UEM | Direito | UFMT | Direito | - | - |
| Évelin Mara Cáceres Dan | UNEMAT | Direito | UNEMAT | Linguística | UFF | Sociologia e Direito |

Ademais o corpo docente será completado com o quadro de professores contratados do curso que atualmente é formado por mestres, especialistas e graduados.

Do mesmo modo, o curso terá um coordenador no Município em que se oferece o curso e outro Coordenador ligado diretamente ao *campus* de Barra do Bugres, a fim de que haja acompanhamento e uniformidade das decisões e direções que o curso poderá seguir, tudo conforme as normativas já instituídas pela UNEMAT bem como os ditames já aprovados pelo câmpus de Barra do Bugres para o curso de Direito.

8. MATRIZ CURRICULAR

8.1 – Caracterização dos estudos

A proposta de matriz curricular busca uma formulação de plena inserção contextual e coerência com a concepção de curso, e assim efetivamente contribuir para a realização das proposições da UNEMAT e para a consecução dos objetivos do Curso de Direito – sempre emparelhada com a estrutura da sede – Barra do Bugres/MT.

Procurou-se o aproveitamento máximo possível de matérias até então existentes na sede, mas adequando tal proposta à uma roupagem nova, que atenda ao perfil dos alunos que se imagina atingir naquela região: uma comunidade que possui demanda represada na seara do Direito.

Todas as alterações das disciplinas e ementários das mesmas estão ajustadas com a concepção de curso, com o perfil do formando que se pretende e estruturadas de forma a permitir diversidades na formação acadêmica e flexibilidade para atendimento em extensões fora de sede, o que beneficiará o estudo aprofundado de um campo do conhecimento jurídico de maior interesse ao acadêmico e ao seu perfil.

O plano de estudos estabelece-se a partir de três categorias principais, em que são incluídas as disciplinas e atividades do curso. A inclusão de cada uma das disciplinas e atividades curriculares nas categorias principais que se seguem, leva em conta a ênfase maior que é dada aos conteúdos da disciplina e/ou atividade, sem prejuízo de que estes possam abranger mais de uma categoria.

| CATEGORIA PRINCIPAL | DISCIPLINAS/ATIVIDADES |
|--------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Estudos Gerais e Humanísticos Fundamentais | História do Direito, Ciência Política e Teoria Geral do Estado, Economia Política, Sociologia do Direito, Filosofia do Direito, Língua Portuguesa, Antropologia Jurídica, Psicologia Jurídica. |
| Estudos profissionalizantes | Teoria do Direito, Direito Civil, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Empresarial, Direito Agrário e Urbano, Direito Ambiental, Direito Tributário, Direito Internacional Público, Direito Previdenciário, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Disciplinas Eletivas Obrigatórias I, II, III, IV, entre outras. |
| Formação prática e complementar | Metodologia da Pesquisa Jurídica, Ética Jurídica e Profissional, Prática Jurídica I, II, III, IV e V; Monografia I e II. |



8.2 - A Estrutura Curricular

Conforme plano curricular, o curso de Direito estará estruturado em Disciplinas Obrigatórias e Disciplinas Eletivas Obrigatórias.

As disciplinas eletivas obrigatórias são de escolha do Curso, para oferecimento ao aluno, dentro de um elenco pré-estabelecido, sendo obrigatória para o discente.

Abaixo estão as disciplinas obrigatórias e eletivas obrigatórias do curso:

8.2.1 - Disciplinas Obrigatórias:

Ciência Política e Teoria Geral do Estado; Economia Política; Filosofia do Direito; Sociologia do Direito; Antropologia Jurídica; Teoria do Direito; Metodologia da Pesquisa Jurídica; Psicologia Jurídica; Ética Jurídica e Profissional; História do Direito; Língua Portuguesa; Direito Constitucional I; Direito Constitucional II; Direito Civil I- Parte Geral; Direito Civil II – Direito das Obrigações; Direito civil III – Teoria Geral dos contratos e contratos em espécie; Direito Civil IV – Família; Direito Civil V – Sucessões; Direito Civil VI – Reais; Direito Penal I – Parte Geral; Direito Penal II – Parte Geral; Direito Penal III – Parte Especial; Direito Penal IV – Parte Especial, Legislação Penal Extravagante; Direito Empresarial I; Direito Empresarial II; Direito do Trabalho I; Direito do Trabalho II; Direito Agrário e Urbano; Direito Ambiental I; Direito Administrativo I; Direito Administrativo II; Direito Tributário – Teoria Geral; Direito Internacional Público; Direito Previdenciário; Direito Processual Civil I; Direito Processual Civil II; Direito Processual Civil III; Direito Processual Civil IV; Direito Processual Civil V; Direito Processual Penal I; Direito Processual Penal II; Direito Processual Penal III, Direito Processual do Trabalho I; Direito Processual do Trabalho II; Prática Jurídica I – Civil (simulada); Prática Jurídica II – Civil (real); Prática Jurídica III – Penal (simulado); Prática Jurídica IV – Penal (real), Prática Jurídica V – Trabalhista (simulada); Proteção Internacional dos direitos humanos; Responsabilidade Civil; Monografia Jurídica I; Monografia Jurídica II.

8.2.2 - Disciplinas Eletivas Obrigatórias

Disciplina Eletiva Obrigatória I – Mediação e Arbitragem e negociação de conflitos: 5ª fase, 60 horas, 3 créditos presenciais e 1 a distância, sem pré-requisito;

Disciplina Eletiva Obrigatória II – Criminologia – 7ª fase, 60 horas, 3 créditos presenciais e 1 a distância, sem pré-requisitos;

Disciplina Eletiva Obrigatória III – Direito do Consumidor, 8ª fase, 60 horas, 3 créditos presenciais e 1 a distância, sem pré-requisitos; ou libras, 60 horas, 3 créditos presenciais e 1 a distância, sem pré-requisitos;

Disciplina Eletiva Obrigatória IV – Direito dos Idosos, crianças e adolescentes, 10ª fase, 60 horas, 3 créditos presenciais e 1 a distância, sem pré-requisitos

8.3 – Plano Curricular

No curso de Direito a ser instalado, na modalidade fora de sede, na cidade de Brasnorte pretende-se apresentar aos acadêmicos um curso enxuto, porém completo, ofertando as bases sólidas necessárias para o desenvolvimento do operador do Direito, a fim de que nelas construa seguramente sua carreira jurídica, sem que com isso se sobrecarregue discentes que, conforme constante perfil de demandas reprimidas de cursos fora de sede e de cursos no perfil noturno, trabalham por no mínimo 8 (oito) horas diárias e muitas vezes são arrimos de família.

O curso de Direito do Câmpus de Barra do Bugres será ofertado em pelo menos 80% de sua carga horária de forma presencial, e até 20% restantes ofertados a distância dentro das condições



da portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 do MEC e de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 054/2011-CONEPE, que em seu artigo 21, inciso V, define aula ou atividades à distância como sendo:

Atividades semanais não presenciais realizadas exclusivamente por meio eletrônico associadas ou não ao apoio das atividades teóricas, práticas ou de laboratório, sobre orientação de um professor.

Assim, as disciplinas à distância estarão em todas as disciplinas da grade, nos termos da legislação supramencionada, com exceção das disciplinas de estágio e monografias. Da carga horária total de 3.730 horas de curso, temos 720 horas (ou 48 disciplinas com 1 crédito de 15h) de carga horária a distância respeitando os 20% estabelecido em legislação vigente.

As disciplinas são todas compostas de 60 (sessenta) horas, a serem realizadas conforme normativas já aprovadas na instituição e, especialmente, conforme regimentos e regulamentos que forem aprovados no *campus* sede. A oferta das disciplinas será modular com carga horária semanal de 24 horas/aula de cada uma delas com exceção das disciplinas de estágio (civil real e penal real) e monografias jurídicas (I e II) que ocorrerão com carga horária semanal de 4 horas/aula semanalmente.

Conforme as diretrizes curriculares do Curso de Bacharelado em Direito:

A duração do curso jurídico deve obedecer aos seguintes parâmetros: (a) a realização de uma carga horária total mínima de 3.700 (três mil e setecentas) horas de atividades, nela incluídos o estágio de prática jurídica e as atividades complementares, observando-se o ano letivo de 200 dias úteis (artigo 47, LDB);

A estrutura curricular deste curso, assim, compreende as disciplinas que totalizam 3.730 (três mil, setecentas e trinta horas), incluindo nelas 250 (duzentas e cinquenta) horas de atividades complementares e 300 (trezentas) horas de estágio.

As disciplinas eletivas obrigatórias, totalizam 240 horas (duzentas e quarenta) horas. As atividades de Prática Jurídica devem completar um mínimo de 300 (trezentas) horas, incluídas dentre as disciplinas obrigatórias. Já as atividades complementares totalizam 250 horas que se incluem na carga horária total do curso, conforme expressa menção das Diretrizes para o Curso de Direito do MEC, acima mencionada.

Deste modo, o curso está assim disposto:

| DISCIPLINAS/ATIVIDADES | HORAS |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Obrigatórias (49 disciplinas, incluindo monografias jurídicas, exceto atividades complementares e Prática Jurídica) | 2.940 |
| Eletivas Obrigatórias | 240 |
| Atividades Complementares | 250 |
| Prática Jurídica | 300 |
| TOTAL | 3.730 |

Não haverá pré-requisitos no presente Curso fora de sede, mas o professor que ministrar disciplinas que são sequenciais à outras e também todos os outros deverão analisar as condições do aluno para acompanhar a disciplina e, conforme o caso, indicar leituras e trabalhos, a fim de suprir eventual lacuna no conhecimento. Duas disciplinas de um respectivo semestre poderão ser re-ofertadas, se a Coordenação do curso achar necessário, no semestre seguinte devido ao número de reprovações. As provas finais deverão obedecer ao calendário específico conforme Coordenação do curso programar.



Em relação às diferenças entre o PPC de Brasnorte e Barra do Bugres, os acréscimos respeitam os 20% que podem divergir entre todos os cursos de direito existentes na Unemat. Para a questão da compatibilidade, as eletivas obrigatórias realizadas no curso de Brasnorte, nos casos que demandar, deverão ser aproveitadas pelo curso de Barra do Bugres.

8.4 – Número de vagas

O Curso de que pretende implantar em Brasnorte na modalidade fora de sede contemplará 50 (cinquenta) vagas para discentes, no período noturno de segunda a sextas-feiras, com aulas que iniciam as 19:00 horas e vão até as 23:00 horas e período diurno aos sábados com aulas que começam as 07 horas e vão até as 12 horas, a serem preenchidas através de concurso vestibular, realizado tão logo todos os trâmites atinentes à aprovação do curso sejam realizados e concluídos com sucesso. Poderão ser ofertadas semestralmente até 6 disciplinas na fase correspondente e mais 2 disciplinas no caso das re-ofertas que ocorrerão no contraturno às aulas do período correspondente. Excetua-se da oferta modular as disciplinas de estágio real (civil, penal) e as de monografias jurídica (I, II), sendo essas disciplinas ofertadas com 4 horas/aulas semanais, somando-se a essa carga horário ainda, os atendimentos semanais (diurno/noturno) necessários junto aos coordenações de estágio e TCC, bem como a realização das bancas de apresentações de projeto e monografia.

No que diz respeito à Unidade curricular I: disciplinas de formação geral e humanística:

- a)** foi suprimidas do PPC de Brasnorte as disciplina de: Filosofia Geral (60 horas);
- b)** a disciplina de ética profissional (60 horas) passa a ser de Ética jurídica e profissional (60 horas) com acréscimo de ementa e bibliografias;
- c)** A disciplina de Ciência Política passa a ser Ciência Política e Teoria Geral do Estado (60 horas);
- d)** A disciplina de Antropologia Jurídica recepcionou o que a lei n. 11.645 de 10 de março de 2008 estabeleceu e foi incluído questões referentes à educação das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena;

No que diz respeito à Unidade II formação específica foram feitas as seguintes modificações:

- a)** foram suprimidas do PPC de Brasnorte as disciplina de: Introdução ao Estudo do Direito (60 horas) por ter ementa muito parecida com História do Direito (60 horas);
- b)** foram suprimidas do PPC de Brasnorte as disciplina de: Microsistemas de Direitos difusos e coletivos (60 horas), e Direito Eleitoral (60 horas);
- c)** a disciplina de Direito Civil I parte geral (60 horas) e Direito Civil II parte geral (60 horas) foram condensadas em uma apenas, a de Direito Civil I parte geral (60 horas). Sendo assim, havia 7 disciplinas de direito civil agora temos 6 disciplinas de direito civil (60 horas) ficando da seguinte maneira: parte geral, obrigações, teoria geral dos contratos e contratos em espécie, família, sucessões e reais;
- d)** também foi incluído no Direito Civil III Teoria geral dos contratos e a ementa de contratos em espécie (60h);
- e)** a disciplina de Direito Agrário agora passa a ser Direito Agrário e Urbano com acréscimo de ementa;
- f)** a disciplina eletiva obrigatória I, que consta no rol das possibilidades de eletivas obrigatórias do curso de Direito em Barra do Bugres será a eletiva Mediação e Arbitragem e negociação de conflitos, na 5ª fase, terá 3 créditos presenciais e 1 a distância e por isso passa a ser alterada no PPC de Brasnorte pois será fundamental as aulas teóricas de mediação (45 horas/aulas) para atuação no NPJ;



g) a eletiva obrigatória II, Criminologia, que já constava no rol das eletivas obrigatórias e que aqui será recepcionada na 7ª fase, terá 3 créditos presenciais (45 horas/aulas) e 1 crédito à distância;

h) a eletiva obrigatória III, terá como opções a Direito do Consumidor ou Libras, ambas constando no rol das eletivas obrigatórias do PPC de Barra do Bugres, que aqui será recepcionada na 8ª fase, terá 3 créditos presenciais (45 horas/aulas) e 1 crédito à distância a critério do que os alunos optarem na fase correspondente;

i) houve a inclusão da disciplina de Direito do Idoso e da criança e adolescente no rol das disciplinas eletivas obrigatórias constando como a eletiva obrigatória IV, na 9ª fase, tendo 3 créditos presenciais (45 horas/aulas) e 1 crédito à distância;

j) A disciplina de responsabilidade civil foi incluída no rol das disciplinas obrigatórias do curso;

k) Ampliação da carga horária das disciplinas de monografia jurídica I e II de 30h cada uma para 60h cada uma;

l) Retificação das ementas e bibliografias das disciplinas de direito do trabalho e processo do trabalho em decorrência da reforma trabalhista ocorrido no ano de 2017;

m) A disciplina de Direitos Fundamentais (60h) foi diluída na ementa de direito constitucional II (60h).

9 - MODELO DE UMA MATRIZ CURRICULAR ORGANIZADA A PARTIR DAS TRÊS UNIDADES CURRICULARES PARA O MUNICÍPIO DE BRASNORTE

UNIDADE CURRICULAR I – FORMAÇÃO GERAL E HUMANÍSTICA

| Disciplina | CH | CRÉDITOS | | | | | Pré-requisito |
|-------------------------------------------|------------|-----------|---|---|---|-----------|---------------|
| | | T | P | L | C | D | |
| Ciência Política e Teoria Geral do Estado | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Economia Política | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Filosofia do Direito | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Sociologia do Direito | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Metodologia da Pesquisa Jurídica | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Psicologia Jurídica | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Língua Portuguesa | 60 | 3 | | | | 1 | |
| Ética Jurídica e Profissional | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Antropologia Jurídica | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| História do Direito | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| TOTAL | 600 | 30 | | | | 10 | |

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância



**UNIDADE CURRICULAR II – FORMAÇÃO ESPECÍFICA – PROFISSIONAL, ESTÁGIO
E MONOGRAFIA**

| Disciplina | CH | CRÉDITOS | | | | | Pré-requisito |
|-----------------------------------------------------------------------|----|----------|---|---|---|---|---------------|
| | | T | P | L | C | D | |
| Teoria do Direito | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Constitucional I | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Constitucional II | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Civil I – Parte geral | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Civil II – Direito das Obrigações | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Civil III – Teoria Geral dos contratos e Contratos em espécie | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Civil IV – Família | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Civil V - Sucessões | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Civil VI – Reais | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Penal I – Parte geral | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Penal II – Parte geral | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Penal III – Parte especial | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Penal IV – Parte especial | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Legislação Penal Extravagante | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Empresarial I | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Empresarial II | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito do Trabalho I | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito do Trabalho II | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Agrário e Urbano | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Ambiental I | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Administrativo I | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Administrativo II | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Tributário I – Teoria Geral | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Internacional Público | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Previdenciário | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Processual Civil I | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Processual Civil II | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Processual Civil III | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Processual Civil IV | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Processual Civil V | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Processual Penal I | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Processual Penal II | 60 | 3 | | | | 1 | - |



| | | | | | | | |
|---------------------------------------------|--------------|---|---|--|--|---|---|
| Direito Processual Penal III | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Processual do Trabalho I | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Direito Processual do Trabalho II | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Proteção Internacional dos Direitos Humanos | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Responsabilidade Civil | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Prática Jurídica I – Civil (simulada) | 60 | | 4 | | | | - |
| Prática Jurídica II – Civil (real) | 60 | | 4 | | | | - |
| Prática Jurídica III – Penal (simulada) | 60 | | 4 | | | | - |
| Prática Jurídica IV – Penal (real) | 60 | | 4 | | | | - |
| Prática Jurídica V – Trabalhista (simulada) | 60 | | 4 | | | | - |
| Monografia Jurídica I | 60 | | 4 | | | | - |
| Monografia Jurídica II | 60 | | 4 | | | | - |
| TOTAL | 2.640 | | | | | | |

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

UNIDADE CURRICULAR III – FORMAÇÃO COMPLEMENTAR – ELETIVAS OBRIGATÓRIAS

| DISCIPLINAS | CH | CRÉDITOS | | | | | Pré-requisito |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----------|---|---|---|----------|---------------|
| | | T | P | L | C | D | |
| Disciplina Eletiva Obrigatória I - Mediação e Arbitragem e negociação de conflitos (5ª fase) | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória II – Criminologia (7ª fase) | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória III – Direito do Consumidor (8ª fase) libras | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória IV – Direito dos Idosos, crianças e adolescentes (10ª fase) | 60 | 3 | | | | 1 | - |
| TOTAL | 240 | 12 | | | | 4 | |

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

10 - MODELO DA MATRIZ CURRICULAR HOMOLOGADA POR FASES

| 1ª FASE | | | | | |
|-------------------------------------------|--------|--------------------|-----------------------|-------------------------|----------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ-REQUISITOS |
| Ciência Política e Teoria Geral do Estado | CPTÉ | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Antropologia Jurídica | ANJ | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Economia Política | ECOP | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Civil I – Parte Geral | DCI-I | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| História do Direito | HD | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |



| | | | | | |
|-------------------|-----|-----------|-----------|------------|---|
| Língua Portuguesa | LPO | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Total | - | 24 | 24 | 360 | - |

LEGENDA: T= Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

| 2ª FASE | | | | | |
|-------------------------------------------|----------|-----------------------|------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANTAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ- REQUISITOS |
| Direito Constitucional I | DCONST-I | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Filosofia do Direito | FID | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Processual Civil I | DPC-I | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Civil II – Direito das Obrigações | DCI-II | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Psicologia Jurídica | PSJ | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Metodologia da Pesquisa Jurídica | MPJ | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Total | - | 24 | 24 | 360 | - |

LEGENDA: T= Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

| 3ª FASE | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------|-----------------------|------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANTAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ- REQUISITOS |
| Direito Processual Civil II | DPC-II | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Penal I – Parte geral | DPEN-I | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Constitucional II | DCONST-II | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Administrativo I | DAD-I | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Civil III – Teoria Geral dos contratos e contratos em espécie | DCI-III | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Empresarial I | DEM-I | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Total | - | 24 | 24 | 360 | - |

LEGENDA: T= Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

| 4ª FASE | | | | | |
|--------------------------------|---------|-----------------------|------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANTAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ- REQUISITOS |
| Direito Civil IV – Família | DCI-IV | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Penal II – Parte geral | DPEN-II | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Administrativo II | DAD-II | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Empresarial II | DEM I | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Processual Civil III | DPC-III | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Processual Penal I | DPP-I | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Total | - | 24 | 24 | 360 | - |

LEGENDA: T= Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância



| 5ª FASE | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-----------------------|------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANTAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ- REQUISITOS |
| Direito Civil V – Sucessões | DCI-V | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Processual Civil IV | DPC-III | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Ambiental I | DAM-I | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Penal III – Parte especial | DPEN-III | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Processual Penal II | DPP – III | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória I – mediação e arbitragem e negociação de conflitos | D.E.O – I | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Total | - | 24 | 24 | 360 | - |

LEGENDA: T= Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

| 6ª FASE | | | | | |
|------------------------------------------|-----------|-----------------------|------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANTAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ- REQUISITOS |
| Direito Processual Civil V | DPC-V | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Civil VI – Direitos Reais | DCI-VI | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito do Trabalho I | DIT I | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Processual Penal III | DPP – III | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Penal IV – Parte especial | DPEN – IV | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Prática Jurídica I – Civil (simulada) | PJC-I | 0.4.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Total | - | 24 | - | 360 | - |

LEGENDA: T= Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

| 7ª FASE | | | | | |
|-----------------------------------------------------|------------|-----------------------|------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANTAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ- REQUISITOS |
| Teoria do Direito | TD | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito do Trabalho II | DIT-II | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Tributário I – Teoria Geral | DTB-I | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Legislação Penal Extravagante | LPE | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Prática Jurídica II – Civil (real) | PJC-II | 0.4.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória II – Criminologia | D.E.O – II | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Total | - | 24 | - | 360 | - |

LEGENDA: T= Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

| 8ª FASE | | | | | |
|----------------------------------|--------|-----------------------|------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANTAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ- REQUISITOS |
| Direito Processual do Trabalho I | DPT-I | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Internacional Público | DIP | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Direito Agrário e Urbano | DAGU | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |



| | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------|-----------|-----------|----|-----|---|
| Disciplina Eletiva Obrigatória III – Direito do consumidor ou libras | DEO-II | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Prática Jurídica III – Penal (simulada) | PJP – III | 0.4.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Sociologia do Direito | SOD | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Total | - | 24 | - | 360 | - |

LEGENDA: T= Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

| 9ª FASE | | | | | |
|------------------------------------|----------|-----------------------|-----------------------------|-------------------------------|--------------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ- REQUISITOS |
| Direito Processual do Trabalho II | DPT-II | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Prática Jurídica IV – Penal (real) | PJP – IV | 0.4.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Monografia Jurídica I | MON-I | 0.4.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Direito Previdenciário | DPREV | 3.0.0.0.1 | 24 | | |
| Responsabilidade Civil | RCI | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | |
| Total | - | 20 | - | 300 | - |

LEGENDA: T= Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

| 10ª FASE | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----------|-----------------------|-----------------------------|-------------------------------|--------------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ- REQUISITOS |
| Ética Jurídica e Profissional | EPR | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Monografia jurídica II | MON – II | 0.4.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Prática Jurídica V – Trabalhista (simulada) | PJT – V | 0.4.0.0.0 | 24 | 60 | - |
| Proteção Internacional dos Direitos Humanos | PIDH | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | |
| Disciplina Eletiva Obrigatória IV – Direito dos Idosos e das crianças e adolescentes | DEO-IV | 3.0.0.0.1 | 24 | 60 | - |
| Total | - | 20 | - | 300 | - |

LEGENDA: T= Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

11 - EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

11.1 – Ementas 1ª FASE

| CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO | | | | | | | |
|--------------------------------------------------|-----|---------------------|----|---|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 1 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FG | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |



Conceito, objeto e método da Ciência Política. Sociedade: origens, elementos, finalidade, poder social. Estado: origens, tipos de Estado, soberania, território, povo e população, finalidade e funções do Estado, poder do Estado, conceito de Estado. Estado e Governo: democracia direta, semidireta e representativa, representação política, o sufrágio, sistemas eleitorais, separação de poderes. Formas de Estado, Formas de Governo. Sistemas de Governo. Problemas do Estado contemporâneo. Os Partidos Políticos. Sistemas de Partidos. O Partido Político no Brasil.

Bibliografia básica:

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Celso Bastos. BOBBIO, Norberto. **Teoria das Formas de Governo**. Brasília: UNB.

_____. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense. BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Celso Bastos.

CHÂTELET, François. **Concepções Políticas do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bibliografia complementar:

ANTROPOLOGIA JURÍDICA

Carga Horária: 60h Semestre: 1
Créditos: 4 Unidade Curricular: FG

Distribuição dos créditos:

| T | P | L | C | D |
|---|---|---|---|---|
| 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |

Pré-requisitos: Nenhum

Ementa:

O campo de estudo da Antropologia. Introdução às teorias antropológicas. Antropologia brasileira. Antropologia Jurídica: história, conceito, objeto e método. A ordem nas sociedades simples. Pluralismo Jurídico. O direito em uma perspectiva multicultural. Solucionando conflitos: princípios de classificação das soluções, as justiças informais e o poder dos serventuários, o julgamento, a devolução social da profissão de juiz. História e cultura afro-brasileira e indígena;

Bibliografia básica:

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural**. Petrópolis: Vozes

SANTOS, Sidney Francisco Reis dos; ALVES, Elizete Lanzoni. **Iniciação à Antropologia Jurídica – Por onde Caminha a Humanidade?** São José: Conceito.

SHIRLEY, Robert W. **Antropologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva.

ECONOMIA POLÍTICA

Carga Horária: 60h Semestre: 1
Créditos: 4 Unidade Curricular: FG

Distribuição dos créditos:

| T | P | L | C | D |
|---|---|---|---|---|
| 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |

Pré-requisitos: Nenhum

Ementa:

Contexto histórico da Economia Política. Raízes e postulados das propostas clássicas, neo-clássicas, marxista e keynesiana. O liberalismo econômico e a fase mercantilista. O sistema econômico capitalista: formação e evolução. A teoria do valor. As categorias econômicas: renda, juro, lucro, salário. Concorrência. A formação dos preços e o funcionamento do mercado. Industrialização, internacionalização da economia e participação do Estado no processo econômico. A ordem econômica internacional. Estado contemporâneo, globalização e economia nacional. Desenvolvimento econômico e papel do Direito. Análise econômica do Direito. Tendências contemporâneas em Economia Política.



| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| Bibliografia básica: | |
| PAULO NETTO, José. Economia Política - Uma Introdução Crítica. São Paulo: Cortez. | |
| NAPOLEONI, Cláudio. Curso de Economia Política. Diadema: Graal. | |
| SINGER, Paul. Curso de Introdução à Economia Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária. | |

| DIREITO CIVIL I – PARTE GERAL | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 1 | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| <p>Conceito e princípios do Direito Civil. Constitucionalização do Direito Civil. Sujeitos de Direito. Pessoa Física. Direitos da personalidade. Pessoa jurídica. Domicílio. Bens e coisas. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Breve exposição sobre os novos princípios do Código Civil. Classificação dos Fatos Jurídicos em sentido amplo. Classificação dos negócios jurídicos. Defeitos dos negócios jurídicos. Plano da eficácia dos negócios jurídicos. Provas. Ato ilícito. Prescrição e Decadência. Registros Públicos (noções).</p> | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Parte geral . São Paulo: Saraiva. | | | | | | |
| LÔBO, Paulo. Direito Civil: parte geral . São Paulo: Saraiva. | | | | | | |
| TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil . São Paulo: Método. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |

| HISTÓRIA DO DIREITO | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 1 | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FG | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| <p>Introdução: Positivismo/historicismo e história do direito. A Escola dos <i>Annales</i>. Marxismo e suas relações com a história do direito. A crítica foucaultiana do sujeito, a história dos vencidos de Walter Benjamin e suas relações com a história do direito. Mentalidade jurídica medieval. Formação do direito comum europeu. Escolas dos Glosadores e dos Comentadores. Recepção medieval do direito romano. Crise das estruturas medievais e direito. Formação do pensamento jurídico moderno. Jusnaturalismo moderno e formação da subjetividade moderna. A formação da propriedade e a tematização do sujeito de direito. Contratualismo e política moderna. Estados nacionais e direito no Antigo Regime. Revoluções burguesas, codificação moderna e „absolutismo jurídico“. Escolas do positivismo jurídico. Pandectística. Crise do Estado de Direito. Século XX e a emergência do Estado Constitucional. Democracia, totalitarismo e direito. Direito colonial e imperial do Brasil e pluralismo jurídico. Liberalismo e codificação no Brasil do século XIX. Escravidão e estruturas jurídico-políticas na colônia e no império brasileiro. Liberalismo e codificação no Brasil do século XIX. Ensino jurídico no Brasil Império e na República Velha. Bacharelismo e liberalismo no Brasil.</p> | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| FONSECA, Ricardo Marcelo. Introdução teórica à História do Direito . Curitiba: Juruá. | | | | | | |



FONSECA, Ricardo Marcelo e SEELAENDER, Airton (orgs.). **História do direito em perspectiva: do antigo regime à modernidade jurídica.** Curitiba: Juruá.
WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil.** São Paulo: Forense, 1998.

Bibliografia complementar:

| LÍNGUA PORTUGUESA | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|---|---|---|---|---|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 1 | | | | | |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FG | | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| <p>Conceitos fundamentais e problematizações. Conceitos básicos de “língua”, “fala” e “cultura”. Teorias e elementos da comunicação. A questão da natureza da língua em face das variantes linguísticas. Funções da linguagem. A linguagem falada e escrita. O problema da comunicação em face da distinção entre a língua oral e escrita e de suas correspondentes formas culturais. Figuras de linguagem. Modos de significação em linguagem verbal técnicas de argumentação. Eficácia e falácia da comunicação. A denotação do recurso de leitura referencial da realidade. A conotação como recurso indispensável para se fomentar a expressividade. A noção de “texto”, “textualidade”. Gêneros de composição do texto. Descrição. Narração. Argumentação. Texto dissertativo. Texto argumentativo. Textos literários e não literários. Produção e análise de textos técnicos. Fundamentos e estética da comunicação oficial.</p> | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| MAGALHÃES, Roberto. Técnica de Redação. São Paulo: Editora do Brasil. PASCHOALIN, Maria Aparecida; SPADOTO, Neusa Teresinha. Literatura, Gramática e Redação. São Paulo: FTD. PINTO, M. J. Análise Semântica de Línguas Naturais: Caminhos e Obstáculos Rio de Janeiro: Forense Universitária. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |

11.2. Ementas 2ª FASE

| DIREITO CONSTITUCIONAL I | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|---|---|---|---|---|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 2 | | | | | |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP | | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| <p>Constitucionalismo: da antiguidade clássica ao constitucionalismo contemporâneo. Constituição: conceito e classificações (tipologia). Teoria da norma constitucional. Interpretação das normas constitucionais. Preâmbulo e ADCT. Histórico das Constituições do Brasil: de 1824 até 1988. Fundamentos da República Federativa do Brasil. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Poder constituinte originário. Reforma e revisão constitucional. Mutação Constitucional. Organização político-administrativa. Organização dos poderes. Processo Legislativo. Funções essenciais à justiça. Noções acerca da teoria geral dos direitos fundamentais.</p> | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: | | | | | | |



| | | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|---|
| Saraiva. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional . São Paulo: Malheiros. MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional . SP: Saraiva. SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo . São Paulo: Malheiros | | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | | |
| FILOSOFIA DO DIREITO | | | | | | | |
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 2 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FG | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Conceito e tarefa da filosofia do direito. Metodologia geral e método da Filosofia do Direito. História da Filosofia do Direito: Filosofia Grega; Juristas romanos. O Renascimento. Idade Moderna. A Filosofia do Direito em outros países. Relações entre Direito e Moral. Relações entre o Direito e Estado. Fundamentos da efetividade do Direito. Doutrinas negadoras da possibilidade de fundamentar o direito. | | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | | |
| ADEODATO, João Maurício. Filosofia do direito . São Paulo: Saraiva BATALHA, Wilson Souza Campos. Filosofia Jurídica e História do Direito . Rio de Janeiro: Forense. LUDWIG, Celso Luiz. Para uma Filosofia Jurídica da Libertação . São José: Conceito. | | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|---|
| DIREITO PROCESSUAL CIVIL I | | | | | | | |
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 2 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Conceito e especificidades do Direito Processual. Processo e Direito Material. Neoconstitucionalismo. Neoprocessualismo. Formalismo Valorativo. A atual fase da ciência do Processo. Processo e Direitos Fundamentais. Princípios constitucionais do processo. Jurisdição no Estado Constitucional. Ação no Estado Constitucional. Defesa no Estado Constitucional. Processo e Procedimento no Estado Constitucional. Pressupostos processuais. Partes e procuradores. Poder Judiciário e auxiliares da justiça. Tendências contemporâneas em Direito Processual. Funções essenciais à justiça. | | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | | |
| BUENO, Cassio Scarpinella. Curso Sistematizado de Processo Civil, vol. I . São Paulo: Saraiva. CINTRA, Antônio Carlos Araújo, DINAMARCO, Cândido Rangel, GRINOVER, Ada Pellegrini. Teoria Geral do Processo . São Paulo: Malheiros. DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil I . Salvador: Juspodivm. MARINONI, Luiz Guilherme. Teoria Geral do Processo . São Paulo: Revista dos Tribunais. | | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | | |



| DIREITO CIVIL II – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 2 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Conceito e princípios do Direito das Obrigações. Noção, estrutura e função das obrigações. Fontes das obrigações. A relação jurídica obrigacional. Modalidades das obrigações. Do adimplemento das obrigações. Transmissões das obrigações. Do inadimplemento obrigacional. Da Responsabilidade civil contratual. | | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | | |
| GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Obrigações . São Paulo: Saraiva. LÔBO, Paulo. Direito Civil: Obrigações . São Paulo: Saraiva. TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil . São Paulo: Método. | | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | | |

| PSICOLOGIA JURÍDICA | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 2 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FG | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Psicologia Jurídica. Interdisciplinaridade: Âmbito de Abrangência nas diferentes áreas do Direito - Interdisciplinaridade. Esfera Criminal, Cível, Infância e Juventude e Direito de Família. Desenvolvimento da Personalidade Humana. Provas, Perícias e Avaliações Psicológicas. Determinantes socioeconômicos, culturais e políticos da delinquência e criminalidade. Os conceitos de responsabilidade, periculosidade, doença mental e anormalidade psíquica. A pesquisa científica no campo da Psicologia Jurídica. | | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | | |
| BRITO, Leila Maria Torraca (Org.) Temas de Psicologia Jurídica . Rio de Janeiro: Relume Dumará. GONÇALVES, Hebe Signorini e BRANDÃO, Eduardo Ponte (org.). Psicologia Jurídica no Brasil . Rio de Janeiro: Nau. SILVA, Denise Maria P. Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro . São Paulo: Casa do Psicólogo. | | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | | |

| METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA | | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 2 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FG | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Teorias do conhecimento. Tipos de Métodos científicos. Produção do conhecimento e métodos de | | | | | | | |



pesquisa em Direito. Técnicas e procedimentos da pesquisa na área jurídica. Pesquisa de campo, documental e bibliográfica. Indicativos gerais de formação do trabalho: artigos, resenhas, papers, resumo simples, resumo expandido, trabalhos didáticos. A escolha do tema. A elaboração do plano. A redação. O texto definitivo. A apresentação gráfica e sustentação da monografia.

Bibliografia básica:

BITTAR, Eduardo C.B. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. São Paulo: Saraiva.
 LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia Jurídica**. 8. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais.
 MEZZAROBBA, Orides. MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. -São Paulo: Saraiva. NUNES, Rizzatto. **Manual da Monografia Jurídica**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia complementar:

11.3 – Ementas da 3ª FASE

| DIREITO PROCESSUAL CIVIL II | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|--|---|---|---|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 3 | | | | |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L |
| | | | 3 | 0 | 0 |
| | | | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: Nenhum | | | | | |
| Ementa: | | | | | |
| Conceito. Características. Objeto. Princípios. Jurisdição civil. Contenciosa e voluntária. Substitutivos. Da ação. Histórico. Teorias. Condições da ação. Elementos da ação. Ação Mandamental. Ação no direito do trabalho. Ação no direito penal. Ação declaratória. Do processo. Conceito. Procedimento comum e especial. Sistema da oralidade. Prazos. Atos de comunicação processual: citação e intimação. Pressupostos. Competência. Conceito. Critérios de divisão do trabalho jurisdicional. Princípios informadores. Ação Civil pública. Do advogado. Do ministério público. Da magistratura. Da defensoria pública. | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | |
| CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil . Rio de Janeiro: Lume Júris. DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil . Salvador: Jus Podivm. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil . Rio de Janeiro: Forense. | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | |

| DIREITO PENAL I | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|--|---|---|---|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 3 | | | | |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L |
| | | | 3 | 0 | 0 |
| | | | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: Nenhum | | | | | |
| Ementa: | | | | | |
| Conceito e princípios do Direito Penal. História do Direito Penal. Sistema Penal. Norma penal. Aplicação da Lei Penal no tempo e no espaço. Teoria Geral do Delito. Crime, conceito e classificação. Conduta. Relação de causalidade. Tipicidade. Tipo. Dolo e Culpa. Antijuridicidade. Culpabilidade. Crime Consumado e Tentado. Teorias da Imputação Objetiva, da Tipicidade Conglobante, da Co-culpabilidade, da Falta Punível, dentre outros. | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | |
| CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal . São Paulo: Saraiva. | | | | | |



GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal. Parte Geral.** Rio de Janeiro: Impetus.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal.** São Paulo: Forense.

Bibliografia complementar:

| DIREITO CONSTITUCIONAL II | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|---|---|---|---|---|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 3 | | | | | |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP | | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| Controle de Constitucionalidade. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Da ordem econômica e financeira: noções. Da ordem social: noções. Teoria geral dos Direitos Fundamentais: conceito de direitos fundamentais, evolução histórica, características, funções, titularidade, dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais, direitos fundamentais e relações especiais de sujeição, interpretação dos direitos fundamentais, limitações dos direitos fundamentais. Direitos fundamentais em espécie: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos fundamentais de caráter judicial e garantias constitucionais do processo: noções, direitos sociais, direito de nacionalidade, direitos políticos. | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Saraiva. MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva. MARMELESTEIN, George. Curso de Direitos Fundamentais. São Paulo: Atlas. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |

| DIREITO ADMINISTRATIVO I | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|---|---|---|---|---|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 3 | | | | | |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP | | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| Noções preliminares acerca do Direito Administrativo. Regime Jurídico Administrativo. Responsabilidade Civil do Estado. Organização administrativa. Terceiro Setor. Poderes da administração e dos administradores. Atos administrativos. Bens públicos. Controle da Administração. | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Direito Administrativo. Ed. Fórum. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. Ed. Malheiros. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Atlas. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |



| DIREITO CIVIL III – TEORIA GERAL DOS CONTRATOS E CONTRATOS EM ESPÉCIE | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 3 | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| Conceito de Contrato. Princípios contratuais. Requisitos de validade. Formação do contrato. Interpretação dos contratos. Classificação dos contratos. Circulação e Efeitos dos Contratos. Invalidez e Ineficácia dos Contratos. Vícios redibitórios. Evicção. Extinção dos contratos. Princípios do direito contratual. Compra e venda. Doação. Permuta. Locação. Empréstimo. Fiança. Seguro. Mandato. Depósito. Transporte. Empreitada. Arrendamento mercantil (leasing). Gestão de negócios. Franquia. Edição. Incorporação Imobiliária. Corretagem. Aspectos novos da economia e sua influência na criação de novos contratos. | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: contratos em espécie. São Paulo: Saraiva. | | | | | | |
| GONÇALVES, Carlos Roberto. Curso de Direito Civil: contratos e atos unilaterais. São Paulo: Saraiva. | | | | | | |
| TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Método. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |

| DIREITO EMPRESARIAL I | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 3 | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| Conceito, Natureza e Autonomia da Disciplina. Fontes e Interpretação do Direito Empresarial. Sujeito e Objeto do Direito Empresarial. Atos de Comércio. Teoria da Empresa. Empresário. Capacidade para Empresariar. Impedimentos. Proibições. A Empresa. Nome Empresarial. Obrigações Profissionais do Empresário. Identificação da Empresa. Nome Empresarial. Fundo de Comércio. Registro. Alienação do Estabelecimento Empresarial. Locação Empresarial. Direito Societário. Sociedades de Pessoas. Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Empresarial. São Paulo: Saraiva. | | | | | | |
| FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis. Direito Empresarial. São Paulo: Atlas. GUSMÃO, Mônica. Lições de Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Lumem Júris. | | | | | | |
| MAZZAFERA, Luiz Braz. Curso Básico de Direito Empresarial. São Paulo: revista dos Tribunais. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |

11.4 Ementas da 4ª Fase

| DIREITO CIVIL IV – DIREITO DE FAMÍLIA | | | | | | |
|---------------------------------------|-----|---------------------|----|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 4 | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |



| |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Pré-requisitos: Nenhum |
| Ementa: Família e Direito de Família. Noções introdutórias. Do casamento. Habilitação para o casamento. Impedimentos matrimoniais. Da celebração do casamento. Do casamento nulo, anulável e inexistente. Casamento putativo. Dos efeitos jurídicos do casamento. Dos direitos e deveres dos cônjuges. Do regime de bens entre cônjuges. União de pessoas do mesmo sexo. Da dissolução do casamento e da sociedade conjugal. Do direito parental. Das relações de parentesco. Da filiação. Do poder parental. Da adoção. Dos alimentos. Do direito protetivo. |
| Bibliografia básica: LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito civil: famílias . São Paulo: Saraiva, 2013. DIAS, Maria Berenice (Cord.). Diversidade sexual e Direito Homoafetivo . São Paulo: RT, 2011. TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil . São Paulo: Método, 2012. |
| Bibliografia complementar: |

| DIREITO PENAL II | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|---|---|---|---|---|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 4 | | | | | |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP | | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: Nenhum | | | | | | |
| Ementa: Pena: História e evolução. Penas privativas de liberdade e restritiva de direitos. Penas pecuniárias. Aplicação das penas de prisão e alternativas. Concurso de crimes e concurso de pessoas. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da Condenação. Medidas de segurança. Extinção da punibilidade. Prescrição. | | | | | | |
| Bibliografia básica: CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal . São Paulo: Saraiva. GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Parte Geral . Rio de Janeiro: Impetus. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal . São Paulo: Forense | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |

| DIREITO ADMINISTRATIVO II | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|---|---|---|---|---|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 4 | | | | | |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP | | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: Nenhum | | | | | | |
| Ementa: Licitação. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Agentes Públicos. Intervenção do Estado na Propriedade. | | | | | | |
| Bibliografia básica: FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Direito Administrativo . Ed. Fórum. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo . Ed. Malheiros. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo . Atlas. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |



| DIREITO EMPRESARIAL II | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|---------------------|----|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 4 | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| Sociedades por Ações. Sociedade Anônima. Características. Histórico. Constituição. Acionistas. Controle. Ações e Outros Valores Mobiliários. Capital Social e Sua Modificação. Lucros, Reservas e Dividendos. Dissolução, Liquidação e Extinção. Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão. Grupos de Sociedades. Consórcio. Sociedade em Comandita por Ações. Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Endosso, Aceite e Aval. Protesto. Ressaque. Ação Cambial. Letra de Câmbio. Nota Promissória. Cheque. Duplicatas. Conhecimento de Transporte. Conhecimento de Depósito e <i>Warrant</i> . Títulos de Crédito Rural. Cédula de Produto Rural. Títulos de Crédito Industrial. Títulos de Crédito Comercial e à Exportação. Introdução e História dos Institutos da Falência e das Recuperações. Falência. Requisitos da Falência: Devedor Empresário, Insolvência e Decisão Judicial. Recuperação Judicial. Pedido. Processamento. Plano de Recuperação. Órgãos: Assembleias de Credores. Recuperação Extrajudicial. Liquidações Extrajudiciais. Crimes Falimentares. | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| BORGES, João Eunápio. Títulos de crédito . Rio de Janeiro: Forense. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Empresarial . São Paulo: Saraiva. FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis. Direito Empresarial . São Paulo: Atlas. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |

| DIREITO PROCESSUAL CIVIL III | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|---------------------|----|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 4 | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| Petição inicial. Pedido. Valor da causa. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Resposta: Contestação. Exceções. Reconvenção. Revelia. Instrução: provas, teoria geral, provas em espécie: testemunhal, documental, pericial, depoimento pessoal, exibição de documento, incidente de falsidade, confissão, inspeção pessoal, audiência de instrução e julgamento. Sentença. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil . Rio de Janeiro: Lume Júris. DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil . Salvador: Jus Podivm. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil . Rio de Janeiro: Forense. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |



| DIREITO PROCESSUAL PENAL I | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 4 | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| Conceito. Características. O Código de Processo Penal. A Constituição da República de 1988 e o Processo Constitucional. Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço. Princípios. Sistemas Processuais. Investigação Preliminar: inquérito policial e inquéritos não policiais. Ação Penal. Ação Civil <i>ex delicto</i> . Jurisdição Penal e Competência. | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal . São Paulo: Saraiva. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal . São Paulo: Atlas. RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal . São Paulo: Atlas. TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de Direito Processual Penal . Salvador: JusPodivm. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |

11.5 - Ementas da 5ª FASE

| DIREITO CIVIL V – DIREITO DAS SUCESSÕES | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 5 | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| Direito das Sucessões. Noções gerais. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Das formas ordinárias de testamento. Dos testamentos especiais. Das disposições testamentárias em geral. Nulidade do testamento. Dos legados. Do direito de acrescer. Dos herdeiros necessários. Das substituições. Da deserdação. Da revogação dos testamentos. Do testamentário. Do inventário. Dos sonegados. Da colação. Da partilha. | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| GOMES, Orlando. Sucessões . Atualização – Mario Roberto Carvalho de Faria. Rio de Janeiro: Forense. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro - Direito Das Sucessões . Vol. 7. São Paulo: Saraiva. LÔBO, Paulo. Direito Civil – Sucessões . São Paulo: Saraiva. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |

| DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV | | | | | | |
|-----------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 5 | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |



Teoria geral dos recursos. Ações autônomas de impugnação. Da apelação. Do agravo de instrumento. Dos embargos de declaração. Do recurso especial. Do recurso extraordinário. Do recurso ordinário. Do agravo regimental. Dos embargos de divergência. Da coisa julgada. Da ação rescisória. Do mandado de segurança. Da uniformização de jurisprudência: o IRDR e o IAC. Da declaração incidental de inconstitucionalidade. A homologação da sentença estrangeira. A ação rescisória.

Bibliografia básica:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lume Júris.
 DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Salvador: Jus Podivm.
 THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense.

Bibliografia complementar:

DIREITO PENAL III

| | |
|--------------------|------------------------|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 5 |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP |

Distribuição dos créditos:

| T | P | L | C | D |
|---|---|---|---|---|
| 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |

Pré-requisitos: Nenhum

Ementa:

Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra os costumes. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a fé pública.

Bibliografia básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal. Parte Especial Vol IV**. São Paulo: Saraiva
 GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal. Parte Especial. Vol. III**. Rio de Janeiro: Impetus.
 _____ . **Curso de Direito Penal. Parte Especial. Vol. IV**. Rio de Janeiro: Impetus.

Bibliografia complementar:

DIREITO PROCESSUAL PENAL II

| | |
|--------------------|------------------------|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 5 |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP |

Distribuição dos créditos:

| T | P | L | C | D |
|---|---|---|---|---|
| 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |

Pré-requisitos: Nenhum

Ementa:

Questões e Processos Incidentes. Teoria Geral da Prova. Provas em espécie. Sujeitos do Processo. Prisões Cautelares. Liberdade Provisória. Medidas cautelares diversas da prisão.

Bibliografia básica:

LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Saraiva. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Atlas.
 RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Atlas.
 TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. Salvador: JusPodivm.

Bibliografia complementar:



| MEDIÇÃO, ARBITRAGEM E NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS (ELETIVA OBRIGATÓRIA I) | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 5 | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FC | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| Mediação e Arbitragem: princípios e fundamentos históricos e constitucionais. Mediação e Conciliação. Teoria Geral da Arbitragem. Arbitragem no Direito Brasileiro: Arbitragem nos Juizados Especiais; Arbitragem Comercial; Arbitragem Trabalhista; Arbitragem Internacional. | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| AZEVEDO, André Gomma de. Estudos em Arbitragem Mediação e Negociação . Brasília: Brasília Jurídica. | | | | | | |
| CAETANO, Luiz Antunes. Arbitragem e Mediação . São Paulo: Atlas. | | | | | | |
| CAETANO, Luiz Antunes; PAASHAUS, Gustavo Cintra. Do Juízo Arbitral – Arbitragem e Mediação, Hoje . São Paulo: Pillares. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |

| DIREITO AMBIENTAL I | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 5 | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| Meio Ambiente como Bem Jurídico Autônomo e Transindividual. O Direito Ambiental e seu Conteúdo Histórico. Direito Internacional do Meio Ambiente. Princípios Informadores do Direito Ambiental. Meio Ambiente na Constituição Federal. Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Instrumentos de Política Nacional do Meio Ambiente. Regime Jurídico de Proteção de Recursos Ambientais. Responsabilidade em Matéria Ambiental. Tutela Preventiva e Reparatória de Danos Ambientais. Responsabilidade Civil Ambiental. Instrumentos Extraprocessuais. Ação Civil Pública, Ação Popular, Mandado de Segurança Coletivo e outros Instrumentos Processuais. Responsabilidade Penal e Administrativa Ambiental. | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental . Rio de Janeiro: Lúmen Júris. | | | | | | |
| FIORILLO, Celso A. Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro . São Paulo: Saraiva. | | | | | | |
| SILVA, Jose Afonso da. Direito Ambiental Constitucional . São Paulo: Malheiros. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |

11.6 - Ementas da 6ª FASE

| DIREITO PROCESSUAL CIVIL V | | | | | | |
|----------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 6 | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |



Teoria das tutelas provisórias de urgência: Tutela Provisória cautelar. Tutela cautelar antecedente e tutela cautelar incidental: procedimentos. Cumprimento de Sentença: liquidação da sentença, cumprimento provisório da sentença, cumprimento definitivo de sentença: modalidades: cumprimento de sentença de obrigações de dar, fazer e não fazer. Cumprimento de sentenças de obrigações de pagar quantia certa e quantia incerta. Cumprimento de sentença de obrigações de prestar alimentos. Cumprimento de sentença de obrigações de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Processo de Execução: conceito, princípios, autonomia, partes, competência, condições para qualquer execução, responsabilidade patrimonial, ato atentatório à dignidade da justiça. Procedimentos. Execução por quantia certa: petição inicial, citação, penhora, depósito, avaliação, alienação, pagamento, adjudicação. Execução contra a fazenda pública. Execução de obrigação alimentar. Execução de obrigação de entregar coisa certa ou incerta. Execução de obrigação de fazer e não fazer. Contraditório na execução. Embargos do Devedor. Acordo compulsório. Suspensão e Extinção do Processo de Execução.

Bibliografia básica:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lume Júris.
 DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Salvador: Jus Podivm.
 THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense.

Bibliografia complementar:

DIREITO DO TRABALHO I

| | | | | | | |
|----------------------------|------------------------|---|---|---|---|---|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 6 | | | | | |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP | | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |

Pré-requisitos: Nenhum

Ementa:

Direito Constitucional do Trabalho; Fundamentos do Direito do Trabalho. Princípios do Direito do Trabalho. Fontes. Direito Individual do Trabalho. Relação de emprego. Empregado e Empregador. Contrato de trabalho. Noções de Direito Coletivo do trabalho. Trabalhador autônomo. Trabalhador avulso. Trabalhador voluntário. Trabalhador temporário. Teletrabalho. Trabalhador Intermitente. Trabalhador a regime de tempo parcial. Duração do trabalho. Períodos de descanso. Remuneração e Salário. Férias. Alteração do contrato de trabalho. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Formas especiais: trabalho da mulher, trabalho do menor. Trabalhador rural. Prescrição e decadência.

Bibliografia básica:

CASSAR, Vólia Bonfim. **Direito do Trabalho. De Acordo com a Reforma Trabalhista Lei 13.467/2017**. São Paulo: Método.
 DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr.
 RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil**. São Paulo: LTr.
 SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à Reforma Trabalhista. Análise da Lei n. 13.467/2017 artigo por artigo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Bibliografia complementar:



| DIREITO PROCESSUAL PENAL III | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 6 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Atos de Comunicação Processual: citações e intimações. Sentença. Procedimentos. Nulidades. Teoria dos Recursos. Recursos em espécie. Ações Autônomas de Impugnação: Revisão Criminal, Habeas Corpus e Mandado de Segurança. | | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | | |
| LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal . São Paulo: Saraiva. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal . São Paulo: Atlas. RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal . São Paulo: Atlas. TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de Direito Processual Penal . Salvador: JusPodivm. | | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | | |

| DIREITO PENAL IV | | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 6 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a Incolumidade Pública. Crimes contra a Fé Pública. Crimes contra a Administração Pública. | | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | | |
| BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Especial Vol IV . São Paulo: Saraiva GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Parte Especial . Vol. III. Rio de Janeiro: Impetus. _____. Curso de Direito Penal. Parte Especial . Vol. IV. Rio de Janeiro: Impetus. | | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | | |

| PRÁTICA JURÍDICA I – CIVIL (SIMULADA) | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 6 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Aspectos processuais e cartorários: a justiça – organização judiciária. Procedimento Ordinário. Procedimento sumaríssimo. Processo cautelar. Procedimentos Especiais de jurisdição contenciosa. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Processo de Execução. Recursos. (a desdobrar). De conformidade com o Regimento de Estágio, os alunos deverão fazer atividades práticas simuladas e reais inerentes a: 1. Magistrados; 2. Ministério Público; 3. Advogados. | | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | | |



CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lume Júris.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. Vol. único. São Paulo: Método.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense.

Bibliografia complementar:

| DIREITO CIVIL VII - DIREITOS REAIS | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|---|---|---|---|---|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 6 | | | | | |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP | | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| Direito das coisas. Posse. Propriedade. A função social da propriedade. Direito de vizinhança. Condomínios. Loteamento e registro de imóveis. Direitos Reais sobre coisas alheias. Direitos Reais de Garantia. | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| GOMES, Orlando. Direitos Reais. Rio de Janeiro: Forense. TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Método. CORTIANO JÚNIOR, Eroulths. O discurso jurídico da propriedade e suas rupturas – uma análise do Ensino do Direito de propriedade. Rio de Janeiro: Renovar. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |

11.7 - Ementas da 7ª FASE

| TEORIA DO DIREITO | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|---|---|---|---|---|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 7 | | | | | |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP | | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| O fundamento do Direito. Teorias do Direito: uma introdução crítica. Direito e Ciência Jurídica. Teoria da Norma Jurídica. Teoria do Ordenamento Jurídico: composição e estrutura. Dogmática jurídica e ruptura epistemológica: positivismo, jusnaturalismo, o garantismo, o egologismo, os princípios, o Direito e a democracia. | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| BASTOS, Wander Aurélio. Introdução à Teoria do Direito . Rio de Janeiro: Liber Jus. BOBBIO, Norberto. Teoria Geral do Direito . São Paulo: Martins Fontes. DINIZ, Maria Helena. As Lacunas do Direito . São Paulo: Saraiva | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |

| DIREITO DO TRABALHO II | | | | | | |
|----------------------------|------------------------|---|---|---|---|---|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 7 | | | | | |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP | | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | | | | | |



| | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|---|---|
| | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: Nenhum | | | | | |
| Ementa: | | | | | |
| Extinção e rescisão do Contrato de Trabalho. Aviso Prévio. Fundo de Garantia por tempo de serviço. Garantias provisórias de emprego. Direito Coletivo do trabalho. Organização Sindical e outros atores do direito coletivo do trabalho. Os Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução. O poder normativo da Justiça do Trabalho. Convenções e acordos coletivos. Plano de Demissão Voluntária. Dispensas Coletivas e Plúrimas. Direito de greve e lock out. Higiene e Segurança no Trabalho. Da Responsabilidade Civil na esfera trabalhista. Direito Internacional do Trabalho. Organização Internacional do Trabalho (OIT). Tratados e convenções internacionais em matéria de Direito do Trabalho. | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | |
| MELO, Raimundo Simão de. Direito Ambiental do Trabalho e a saúde do trabalhador: responsabilidades legais, dano material, dano moral, dano estético, indenização pela perda de uma chance, prescrição. São Paulo: LTr. | | | | | |
| NICOLADELI, Sandro Lunardi; PASSOS, André Franco de Oliveira; FRIEDRICH, Tatyana Scheila (Org.). O Direito Coletivo, a Liberdade Sindical e as normas internacionais: vol 1. São Paulo: LTr. | | | | | |
| SANTOS, Ronaldo Lima dos. Teoria das Normas Coletivas. São Paulo: LTr. | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | |

| DIREITO TRIBUTÁRIO I | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|---|---|---|---|---|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 7 | | | | | |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP | | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| O papel do direito na implementação da política econômica estatal. Despesa pública. Direito Tributário: conceitos, origens e fontes. Sistema Tributário Nacional. Os princípios constitucionais. O poder e o direito de tributar. Os limites constitucionais do poder de tributar. Relação jurídica tributária. Norma jurídica tributária. Vigência, aplicação e interpretação da lei tributária. Obrigação tributária: classificação, o fato gerador e os sujeitos da obrigação. Crédito tributário: lançamento, modalidades, suspensão, extinção e isenção. Responsabilidade tributária. Administração tributária. Sistema constitucional tributário. Tributo. Espécies tributárias: imposto, taxa, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório e contribuições. Legislação tributária. Impostos da união. Impostos dos estados-membros. Impostos do distrito federal. Impostos dos municípios. | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral Direito Tributário. São Paulo: Lejus. | | | | | | |
| CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva. | | | | | | |
| COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |



| LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 7 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Crimes Hediondos (Lei 8.072/90). Identificação Criminal (Lei 12.037/09). Interceptação telefônica (Lei 9.296/96). Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95). Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98). Tráfico De Drogas (Lei 11.343/06). Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei 11.340/06). Lei de Combate às Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013). Estatuto do Desarmamento. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Crimes do Código de Trânsito Brasileiro. | | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | | |
| CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Legislação Penal Especial . São Paulo: Saraiva. DELMANTO JR., Roberto; DELMANTO, Roberto; DELMANTO, Fabio Machado de Almeida. Leis Penais Especiais Comentadas . São Paulo: Saraiva. LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação Criminal Especial . Bahia: Juspodvim. | | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | | |

| PRÁTICA JURÍDICA II – CIVIL (REAL) | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 7 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Elaboração de petições iniciais e contestações. Recursos em casos concretos sob orientação. Aspectos processuais e cartorários: a justiça – organização judiciária. Procedimento Ordinário. Procedimento sumaríssimo. Processo cautelar. Procedimentos Especiais de jurisdição contenciosa. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Processo de Execução. Recursos. (a desdobrar). De conformidade com o Regimento de Estágio, os alunos deverão fazer atividades práticas simuladas e reais inerentes a: 1. Magistrados; 2. Ministério Público; 3. Advogados. | | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | | |
| CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil . Rio de Janeiro: Lume Júris. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil . Vol. único. São Paulo: Método. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil . Rio de Janeiro: Forense. | | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | | |

| CRIMINOLOGIA (ELETIVA OBRIGATÓRIA II) | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|---------------------|----|---|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 7 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FC | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Conceito. Método. Função. Objeto: delito, delinquente, vítima e controle social. Escolas penais. | | | | | | | |



Histórico do pensamento criminológico. Etapa “pré-científica”: criminologia clássica e empírica. Etapa científica: escola positiva e escolas intermediárias e teorias ambientais. A moderna criminologia científica e os diversos modelos teóricos. Modelo biológico, psicológico e sociológico. Teoria do etiquetamento: *labeling approach*. Movimentos radicais da criminologia. Movimento abolicionista. Prevenção do delito no estado democrático de direito. Modelos e sistemas da reação ao delito. Penalogia: teoria da pena. Penitenciariismo. Política criminal. A construção de uma criminologia Latino – Americana.

Bibliografia básica:

NASCIMENTO, Jose Flavio Braga. **Curso de Criminologia**. São Paulo: Juarez de Oliveira.
 SALDAÑA, Quintiliano. **Nova Criminologia**. Campinas: Russell.
 SHECAIRA, Sergio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia complementar:

11.8 - Ementas da 8ª FASE

| DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|--|---|---|---|---|---|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 8 | | | | | | |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP | | | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: Nenhum | | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Fundamentos do Direito Processual do Trabalho. Fontes. Princípios do Direito Processual do Trabalho. Hermenêutica do Direito Processual do Trabalho. Solução dos conflitos. Organização da Justiça do Trabalho. Ministério Público do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Atos, termos, Prazos Processuais e Processo Informatizado. Nulidades processuais. Partes, representação, procuradores e terceiros. Honorários sucumbenciais, contratuais e periciais. Ação trabalhista. Liquidação de pedidos. Valor da causa. | | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | | |
| NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Processo do Trabalho . São Paulo: Saraiva. MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho – Doutrina e Prática Forense . São Paulo: Atlas. TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. O processo do Trabalho e a reforma trabalhista – as alterações introduzidas no processo do trabalho pela Lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr. | | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | | |

| DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|--|---|---|---|---|---|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 8 | | | | | | |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP | | | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: Nenhum | | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Conceito e fundamento sociológico do direito internacional. Evolução histórica do direito internacional. Os fundamentos do direito internacional. As relações do direito internacional com o direito interno estatal. As fontes de direito internacional público. Hierarquia das normas de direito internacional. Direito dos tratados. Os sujeitos do direito internacional. O estatuto internacional do estado. Responsabilidade internacional do estado. As organizações internacionais | | | | | | | |



intergovernamentais. Conflitos internacionais. Domínio público internacional: mar e espaço aéreo. Introdução sobre a proteção internacional do ser humano e do meio ambiente. Perspectivas atuais do Direito Internacional.

Bibliografia básica:

FRIEDRICH, Tatyana Sheila. **As normas imperativas de Direito Internacional Público – Jus cogens**. Belo Horizonte: Forum.
 HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público**. Porto Alegre: LTR.
 MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia complementar:

DIREITO AGRÁRIO E URBANO

| | |
|--------------------|------------------------|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 8 |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP |

| | | | | | |
|----------------------------|---|---|---|---|---|
| Distribuição dos créditos: | T | P | L | C | D |
| | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |

Pré-requisitos: Nenhum

Ementa:

Fontes do Direito Agrário. Conceito de Direito Agrário. Princípios Fundamentais Direito Agrário e a Constituição Federal/88. Direito Agrário Moderno. Política Agrária. Movimentos sociais rurais e a reforma agrária brasileira. Estatuto da Terra e Estatuto das Cidades. Situação conjuntural no Brasil.

Bibliografia básica:

MARQUES, Benedito Ferreira. **Curso de Direito Agrário Brasileiro**. São Paulo: Atlas.
 OPITZ, Silvia C. B. **Curso Completo de Direito Agrário**. São Paulo: Saraiva.
 BONIZZATTO, Luigi e COUTINHO, Ronaldo. **Direito da Cidade: Novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço urbano**. Ed. Lumen Iuris, 2007.

Bibliografia complementar:

PRÁTICA JURÍDICA III – PENAL (SIMULADA)

| | |
|--------------------|------------------------|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 8 |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FP |

| | | | | | |
|----------------------------|---|---|---|---|---|
| Distribuição dos créditos: | T | P | L | C | D |
| | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |

Pré-requisitos: Nenhum

Ementa:

Elaboração de atividades práticas simuladas inerentes às atividades exercidas pelos profissionais na Advocacia, Magistratura e Ministério Público. Agravo em execução. Apelação. Carta Testemunhável. Correição Parcial. Defesa preliminar de crimes funcionais. Defesa preliminar na Lei de Drogas. Denúncia de crime contra a vida. Denúncia de crime funcional. Denúncia de crime societário. Embargos de Declaração. Embargos infringentes e de nulidade. Habeas Corpus. Mandado de Segurança. Memoriais da acusação. Memoriais da defesa. Pedido de habilitação como assistente de acusação. Pedido de instauração de inquérito policial. Pedido de suspensão do processo em virtude de questão prejudicial. Queixa-crime. Recurso em Sentido Estrito. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Recurso Ordinário Constitucional. Representação. Resposta à acusação. Revisão Criminal. Sentença condenatória. Sentença condenatória de crimes contra a vida. Sentença absolutória. Sentença absolutória imprópria. Julgamento simulado de crimes contra a vida.



| |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Bibliografia básica: |
| LIMA, Renato Brasileiro. Manual de Processo Penal . Salvador: JusPodivm. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal . São Paulo: Atlas. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática Processo Penal . São Paulo: Saraiva. |
| Bibliografia complementar: |

| SOCIOLOGIA DO DIREITO | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|---|---|---|---|---|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 8 | | | | | |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FG | | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| Contexto histórico da Sociologia do Direito. Sociologia do Direito: conceito, objeto e método. Quadros teóricos referenciais para o estudo da relação Direito-Sociedade. Abordagens e metodologias sociológicas jurídicas clássicas e contemporâneas. O impacto das normas e do sistema de justiça na realidade social. Tendências da sociologia jurídica no Brasil. Pesquisa quantitativa e qualitativa na sociologia jurídica: a aplicação em investigação de campo. | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| CASTRO, Celso A. Pinheiro. Sociologia do direito . São Paulo: Atlas. EHRlich, Eugen. Fundamentos da sociologia do direito . Brasília: Editora da Universidade de Brasília. MACHADO NETTO, Antônio Luís. Sociologia jurídica . São Paulo: Saraiva. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |

| DIREITO DO CONSUMIDOR (ELETIVA OBRIGATÓRIA III – OPÇÃO 1) | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|---|---|---|---|---|
| Carga Horária: 60h | Semestre: 8 | | | | | |
| Créditos: 4 | Unidade Curricular: FC | | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| Evolução histórica. Fundamento constitucional do Direito do consumidor. Características do CDC. Diálogo das Fontes. Relação jurídica de consumo. Serviço público e o CDC. Direitos básicos do consumidor. Princípios orientadores do Direito do consumidor. Fato do produto e do serviço. Teoria da Qualidade. Vício do produto e do serviço. Desconsideração da personalidade jurídica no CDC. Oferta e publicidade. Práticas abusivas. Bancos de dados e cadastros de consumo. Proteção contratual. Cobrança de dívidas. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Proteção administrativa do consumidor. | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| BENJAMIN, Antônio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe; MARQUES, Cláudia Lima. Manual de Direito do Consumidor . Revista dos Tribunais. MARQUES, Claudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais . Revista dos Tribunais. NUNES, Rizzato. Curso de Direito do Consumidor . Saraiva. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |



| LIBRAS (ELETIVA OBRIGATÓRIA III – OPÇÃO 2) | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 8 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FC | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Desenvolvimento de habilidades e estratégias para sinalização/prática/uso em Libras História da educação de surdos e da Língua Brasileira de Sinais. Cultura surda. Gramatização da Língua Brasileira de Sinais: dicionários e gramática. Aspectos fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático e discursivo da Língua Brasileira de Sinais. Estudo da legislação concernente a Libras. | | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | | |
| CAPOVILLA, Fernando César & RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue de Língua de Sinais Brasileira . 2. ed. São Paulo, Edusp e Imprensa Oficial do Estado. | | | | | | | |
| FERREIRA BRITO, Lucinda. Por uma Gramática de Línguas de Sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. | | | | | | | |
| SILVA, Nilce Maria da. Instrumentos linguísticos de Língua Brasileira de Sinais: constituição e formulação . Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. | | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | | |

11.9 - Ementas da 9ª FASE

| DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO II | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 9 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Incidente de desconsideração da Personalidade Jurídica. Teoria geral dos recursos trabalhistas. Recursos trabalhistas em espécie. Processo nos Tribunais Trabalhistas. Liquidação de sentença. Execução e cumprimento da sentença. Prescrição Intercorrente na Justiça do Trabalho. Tutelas de urgência e evidência. Procedimentos Especiais Trabalhistas. Dissídios coletivos. | | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | | |
| MELO, Raimundo Simão de. Processo Coletivo do Trabalho: dissídio coletivo, ação de cumprimento e ação anulatória . São Paulo: LTr. | | | | | | | |
| MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho – Doutrina e Prática Forense . São Paulo: Atlas. | | | | | | | |
| SCHIAVI, Mauro. Execução no processo do Trabalho . São Paulo: LTr. | | | | | | | |
| _____. O processo do Trabalho e a reforma trabalhista – as alterações introduzidas no processo do trabalho pela Lei n. 13.467/2017 . São Paulo: LTr. | | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | | |



| PRÁTICA JURÍDICA IV – PENAL (REAL) | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 9 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Acompanhamento, através da elaboração de peças processuais, do início e conclusão do inquérito policial e a participação do advogado. Defesa prévia e alegações finais. Prática Penal com atendimento a ações de grande porte. O júri, sua constituição e funcionamento. Julgamento simulado de crimes contra a vida. Defesa jurídica da sociedade (suspensão condicional da pena, liberdade condicional, mandado de segurança, ações populares, ação civil pública, habeas corpus, habeas data, mandado de injunção). Recursos no Direito Penal. | | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | | |
| LIMA, Renato Brasileiro. Manual de Processo Penal. Salvador: JusPodivm. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática Processo Penal. São Paulo: Saraiva. | | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | | |

| MONOGRAFIA JURÍDICA I | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 9 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| O projeto de pesquisa. Estrutura do projeto. Normas da ABNT. A escolha do tema e sua delimitação. Fichamento de obras pertinentes ao objeto de estudo. Elaboração do Projeto. Seminários de Projeto (qualificação). | | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | | |

| DIREITO PREVIDENCIÁRIO | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 9 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Princípios e Institutos do Direito Previdenciário. Sistema de Benefícios da Previdência Social. Beneficiários e prestações da previdência Social. Benefícios. Elementos de cálculo do valor dos benefícios. Acidente do trabalho. Seguro-desemprego. Cumulação de benefícios e prescrição. Procedimento Administrativo Fiscal. | | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | | |
| MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de Direito Previdenciário . Editora LTr. | | | | | | | |



TSUTIYA, Augusto Massayuki. **Curso de Direito da Seguridade Social**. Editora Saraiva.
 KERTZMAN, Ivan. **Curso Prático de Direito Previdenciário**. Salvador: Jus Podivm.

Bibliografia complementar:

| RESPONSABILIDADE CIVIL | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 9 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| Conceito e princípios da responsabilidade civil. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas e seus administradores. Reparação de danos patrimoniais e morais. Responsabilidade civil por fato próprio e por fato de terceiro. Responsabilidade profissional. Responsabilidade civil dos pais. Responsabilidade civil dos empregadores. Responsabilidade civil do Estado e de seus agentes. Responsabilidade por fato de coisas ou animais. Responsabilidade do produtor. Responsabilidade grupal (ou coletiva). Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa. | | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | | |
| VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil Vol IV – Responsabilidade Civil . Ed. Atlas. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil Vol. III . Ed. Saraiva. DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro- vol 7: Responsabilidade civil . Ed.Saraiva. | | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | | |

11.10 - Ementas da 10ª FASE

| ÉTICA JURÍDICA E PROFISSIONAL | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 10 | | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | | |
| Distribuição dos créditos: | | | T | P | L | C | D |
| | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | | |
| Ementa: | | | | | | | |
| O fenômeno moral e a filosofia ética. Consciência ética. Ética da alteridade. Ética e Direito. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. Ética e advocacia: regras deontológicas fundamentais, sigilo profissional, relações com o cliente, honorários profissionais. Profissões jurídicas e seus campos de atuação. Regramento jurídico das principais profissões jurídicas. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas: o estatuto da OAB, a Lei Orgânica do Ministério Público Nacional, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. | | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | | |
| BITTAR, Eduardo C. B. Curso de Ética Jurídica – Ética Geral e Profissional . São Paulo: Saraiva. MADEU, Diógenes. Ética Geral e Jurídica . São Paulo: Saraiva. NALINI, Jose Renato. Ética Geral e Profissional . São Paulo: Revista dos Tribunais. | | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | | |



| PRÁTICA JURÍDICA V – TRABALHISTA | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 10 | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| Processo de Jurisdição Voluntária para homologação de acordo extrajudicial. Prática nos dissídios individuais Respostas do réu: contestação, exceção e reconvenção. A audiência. Meios de Prova. Recursos trabalhistas: recurso ordinário, embargos de declaração, agravo de instrumento, agravo de petição, recurso de revista e o Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho como sucedâneo recursal. Acompanhamento de processos nas Varas da Justiça do Trabalho. Dissídios Coletivos: competência de julgamento, poder normativo da Justiça do Trabalho, sentença normativa, ação de cumprimento. Ações Cíveis utilizadas na área trabalhista. Cálculos trabalhistas. | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho – Doutrina e Prática Forense . São Paulo: Atlas. | | | | | | |
| TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Manual da audiência na Justiça do Trabalho . São Paulo: LTr. | | | | | | |
| _____. O processo do Trabalho e a reforma trabalhista – as alterações introduzidas no processo do trabalho pela Lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr. | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |

| MONOGRAFIA JURÍDICA II | | | | | | |
|------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 10 | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| Elaboração e apresentação da monografia. | | | | | | |
| Bibliografia básica: | | | | | | |
| | | | | | | |
| Bibliografia complementar: | | | | | | |

| PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------|----|---|---|---|
| Carga Horária: | 60h | Semestre: | 10 | | | |
| Créditos: | 4 | Unidade Curricular: | FP | | | |
| Distribuição dos créditos: | | T | P | L | C | D |
| | | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-requisitos: | Nenhum | | | | | |
| Ementa: | | | | | | |
| História da proteção internacional dos direitos humanos. Teoria geral dos direitos humanos. Sistema global de proteção dos direitos humanos. Sistemas regionais de proteção dos direitos humanos: sistema europeu, americano e africano. Direitos humanos no mundo árabe e asiático. Direito dos refugiados e direito humanitário. Direitos humanos e relativismo cultural. Os tratados | | | | | | |

